

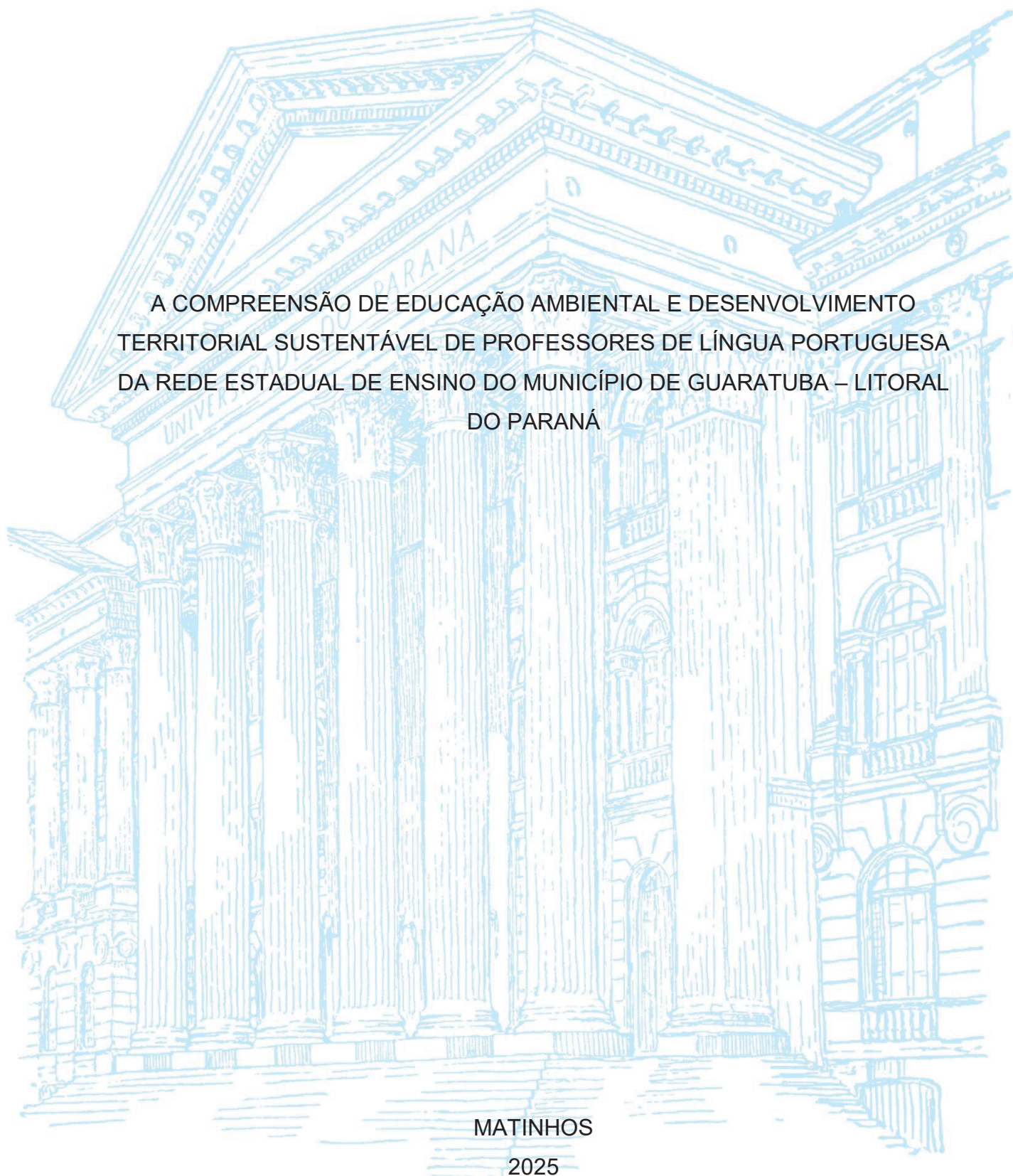
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PRISCILA PACENKO SFENDRYCH

A COMPREENSÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL DE PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA
DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE GUARATUBA – LITORAL
DO PARANÁ

MATINHOS

2025



PRISCILA PACENKO SFENDRYCH

A COMPREENSÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL DE PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA
DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE GUARATUBA – LITORAL
DO PARANÁ

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, na linha de pesquisa Manejo e Conservação da Biodiversidade, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Christiano Nogueira

MATINHOS

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

S523c Sfindrych, Priscila Pacenko

A compreensão de educação ambiental e desenvolvimento territorial sustentável de professores de língua portuguesa da rede estadual de ensino do município de Guaratuba - litoral do Paraná / Priscila Pacenko Sfindrych; orientador Dr. Christiano Nogueira. – Matinhos, 2025.

1 recurso online : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável.

1. Educação ambiental. 2. Desenvolvimento territorial sustentável. 3. Escolas (Guaratuba-PR). I. Nogueira, Christiano. II. Título.

CDD – 333.7071



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR LITORAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL - 40001016081P3

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **PRISCILA PACENKO SFENDRYCH**, intitulada: **A COMPREENSÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL DE PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE GUARATUBA - LITORAL DO PARANÁ**, sob orientação do Prof. Dr. **CHRISTIANO NOGUEIRA**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 29 de Abril de 2025.

Assinatura Eletrônica

27/05/2025 06:34:33.0

CHRISTIANO NOGUEIRA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

11/06/2025 09:46:59.0

ANA JOSEFINA FERRARI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

09/06/2025 11:38:10.0

EMERSON JOUCOSKI

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Memorial Descritivo

Minha jornada profissional e acadêmica é guiada pela paixão pela Língua Portuguesa, Literatura e Redação, aliada ao compromisso com uma educação significativa. Desde 2011, atuo como professora na Rede Estadual de Educação do Paraná (SEED/PR), dedicando-me ao Ensino Fundamental, Médio e à Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Minha formação começou na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), onde obtive a Graduação em Letras - Português em 2014, com um trabalho de conclusão de curso orientado pela Professora Dr^a Cátia Toledo Mendonça.

Buscando aprimorar minhas práticas, investi em diversas especializações pelo Centro Universitário UNIFAEL. Em 2020, concluí a Especialização em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura e a Especialização em Literatura Brasileira. Em 2021, reforcei meu compromisso com a inclusão ao me especializar em Educação Especial.

Em 2025, um marco importante foi a conclusão do Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável na Universidade Federal do Paraná (UFPR – Setor Litoral). Minha dissertação, focada na compreensão de Educação Ambiental e Desenvolvimento Territorial Sustentável por professores de Língua Portuguesa de Guaratuba, sob a orientação do Prof. Dr. Christiano Nogueira, reflete meu profundo interesse em promover debates sobre temas atuais e cruciais para a sustentabilidade do planeta.

Além da formação formal, busco expandir continuamente minhas habilidades. Possuo proficiência em Língua Inglesa e Espanhol, e minhas competências no ensino abrangem ambientes presenciais e híbridos, utilizando plataformas como Zoom, Meet, Moodle e Teams. Incorporo ferramentas educacionais inovadoras, como Quizziz, Redação Paraná, Classroom e Leia Paraná, para potencializar o aprendizado dos alunos.

Minha trajetória é marcada pela dedicação à educação e pela crença na capacidade transformadora do conhecimento.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que ilumina minha vida e me concede a força para superar cada obstáculo, fortalecendo meu espírito para prosseguir com meu estudo, mesmo nos momentos em que a jornada parecia mais desafiadora.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Christiano Nogueira, minha profunda gratidão por guiar-me com sabedoria e segurança. Seus ensinamentos e direcionamentos foram essenciais, sempre me abrindo possibilidades e oferecendo rumos, sem nunca me impor uma direção exata. Agradeço por me ensinar a trilhar o caminho da pesquisa e a confiar em minhas próprias intuições.

Aos meus professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da UFPR – Setor Litoral, que, com seus ensinamentos, direcionamentos e correções, contribuíram imensamente para a minha formação e para a concretização deste trabalho. Minha sincera gratidão por todo o conhecimento compartilhado.

Aos professores da Rede Estadual de Ensino do município de Guaratuba, que tão generosamente dedicaram seu tempo e compartilharam suas valiosas experiências e perspectivas. Sem a participação de vocês, esta pesquisa não seria possível. Agradeço imensamente a receptividade e a contribuição para a compreensão da Educação Ambiental e do Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Ao meu amado esposo, Thiago Fernando, por estar sempre ao meu lado, tornando minha jornada mais leve e significativa. Agradeço imensamente seus cuidados, seu apoio incondicional e, acima de tudo, o tempo precioso que me dedicou, um dos bens mais valiosos que possuímos.

Às minhas amadas filhas, Lorena e Valentina, presentes de Deus, por tornarem a minha vida mais feliz e significativa. Agradeço imensamente por compreenderem minha ausência durante a dedicação a este trabalho e pelos momentos preciosos que passamos juntas, que foram minha inspiração, ânimo e força para seguir em frente.

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa científica investigou como a Educação Ambiental (EA) e o Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) são compreendidos pelos professores de Língua Portuguesa da rede estadual de ensino do município de Guaratuba, litoral do Paraná. Esta temática, por sua natureza, deve perpassar todas as áreas do conhecimento e ser abordada em todos os níveis e modalidades da educação nacional, conforme preconizam a Constituição Federal e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A abordagem do objeto de estudo foi realizada por meio de uma análise qualitativa. Para tanto, foram conduzidas entrevistas com os docentes, a fim de investigar sua compreensão sobre conceitos ambientais fundamentais para quem atua em sala de aula. A categorização das respostas, a partir de unidades de análise, permitiu averiguar a percepção dos professores sobre o DTS e a EA, atingindo assim o objetivo geral do estudo. Além disso, foi possível identificar a compreensão do grupo de professores participantes da pesquisa acerca de termos como sustentabilidade, território e o próprio Desenvolvimento Territorial Sustentável. O resultado desta pesquisa consiste em um banco de dados que poderá ser utilizado por outros pesquisadores interessados em dar continuidade a estudos sobre a relação entre o ser humano, a natureza e a Educação Ambiental.

Palavras-chave: Prática docente; Ensino de língua portuguesa; Ensino; Meio Ambiente; Sustentabilidade; Sociedade; Natureza; Interdisciplinaridade; Território.

ABSTRACT

This scientific research study investigated how Environmental Education (EE) and Sustainable Territorial Development (STD) are understood by Portuguese language teachers in the state education system of the municipality of Guaratuba, on the coast of Paraná. This theme, by its nature, should permeate all areas of knowledge and be addressed at all levels and modalities of national education, as recommended by the Federal Constitution and the National Common Curricular Base (BNCC). The approach to the object of study was carried out through a qualitative analysis. To this end, interviews were conducted with the teachers in order to investigate their understanding of fundamental environmental concepts for those who work in the classroom. The categorization of the responses, based on units of analysis, allowed us to ascertain the teachers' perception of STD and EE, thus achieving the general objective of the study. In addition, it was possible to identify the understanding of the group of teachers participating in the research regarding terms such as sustainability, territory and Sustainable Territorial Development itself. The result of this research consists of a database that can be used by other researchers interested in continuing studies on the relationship between human beings, nature and Environmental Education.

Keywords: Teaching Practice; Portuguese Language Teaching; Teaching; Environment; Sustainability; Society; Nature; Interdisciplinarity; Territory.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Códigos dos sujeitos pesquisados	43
TABELA 2 – Categorias gerais e unidades de análise	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA - Área de Proteção Ambiental

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

EA – Educação Ambiental

PLP – Professora de Língua Portuguesa

PSS – Processo Seletivo Simplificado

QPM – Quadro Próprio do Magistério

SEED – Secretaria de Estado da Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 JUSTIFICATIVA	17
1.2 PROBLEMA E HIPÓTESE DE PESQUISA.....	20
1.2.1 Definição do Problema de Pesquisa.....	20
1.2.2 Hipóteses de Pesquisa.....	21
1.3 OBJETIVOS	22
1.3.1 Objetivo Geral	22
1.3.2 Objetivos Específicos	22
2. TEORIA DA CRISE SOCIOAMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE.....	23
2.1 TERRITÓRIO	26
2.1.1 Litoral do Paraná	28
3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	31
4 METODOLOGIA	34
4.1 CLASSIFICAÇÃO E ABORDAGEM DA PESQUISA	34
4.1.1 Coleta de Dados.....	35
4.1.2 Análise de Conteúdo	35
4.1.3 Caracterização do Local de Pesquisa e Amostra	36
4.2 FASES DA PESQUISA	39
4.2.1 Considerações Éticas.....	39
4.2.2 Planejamento da Pesquisa.....	40
4.2.3 Coleta dos Dados	41
4.2.4 Categorias e Unidades de Análise	42
5 ANÁLISE DOS DADOS	44
5.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA	44
5.1.2 Unidades de Análise.....	45
6 AS RELAÇÕES SER HUMANO, NATUREZA E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	45
6.1 DESENVOLVIMENTO.....	50
6.2 TERRITÓRIO	52
6.3 SUSTENTABILIDADE	57
6.4 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS.....	65
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	74

APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS	77
---	-----------

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, observou-se um desenvolvimento tecnológico, econômico e social em ritmo acelerado na sociedade, o que exige um acompanhamento constante. A discussão sobre um desenvolvimento sustentável que atenda às necessidades emergentes apresenta-se como um trabalho árduo e um imperativo. Considera-se crucial o conhecimento dos potenciais de desenvolvimento da região litorânea do Paraná e de sua população para a adaptação do contexto atual às necessidades econômicas, socioambientais e educacionais, o que constitui um grande desafio.

A atual crise ambiental gera um impacto significativo na economia, afetando setores como agricultura, pesca, turismo e energia, e desencadeando, por sua vez, crises econômicas e sociais. Diante dessa realidade, torna-se essencial buscar um desenvolvimento que abranja diversas áreas, garantindo a segurança da população e do ecossistema. Contudo, o progresso almejado deve estar em consonância com o ecodesenvolvimento, conforme menciona Leis (1999, p. 146), considerando aspectos como: "[...] a satisfação das necessidades humanas básicas, a solidariedade com as gerações futuras, a participação da população envolvida e o respeito às culturas nativas."

A região do litoral do Paraná, rica em biodiversidade e cultura, possui um grande potencial ecossistêmico, o que tem motivado diversas iniciativas de conservação da biodiversidade desde a década de 1980. Contudo, observa-se que os resultados efetivos dessas empreitadas têm sido limitados, resultando em inúmeros conflitos ambientais. Isso dificulta a promoção de formas alternativas de sobrevivência e, por outro lado, fortalece os modelos desenvolvimentistas dos setores produtivos público-privados (Tiepolo, 2015).

Para a construção de um ambiente humano com o desenvolvimento desejado, considera-se crucial que se realize uma reflexão profunda. O objetivo é definir novas práticas sociais que permitam encontrar os meios necessários para superar a crise em que se encontra a sociedade. Como afirma Artaxo (2014, p. 15):

Nos últimos 3 bilhões de anos, a vida floresceu em nosso planeta de modo lento, inicialmente. Uma espécie peculiar apareceu há 200 mil anos e evoluiu a ponto de desenvolver a civilização que temos hoje. A dominação dessa espécie humana está sendo de tal modo importante

que está influenciando algumas componentes críticas do funcionamento básico do sistema terrestre. Entre elas, o clima e a composição da atmosfera. Apesar de sermos uma única espécie entre os estimados 10 a 14 milhões de espécies atuais, e de estarmos habitando a Terra muito recentemente, nos últimos séculos estamos alterando profundamente a face de nosso planeta.

Para superar a atual crise socioambiental, considera-se crucial que se promova uma mudança significativa nas prioridades. Um caminho promissor para isso é o reforço da educação ambiental nas escolas. Como afirmou Freire (2000, p. 67): "Se a educação sozinha, não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda". Mostra-se fundamental valorizar os saberes tradicionais e sensibilizar a população para as questões ambientais, estimulando o interesse pelo ambiente em que se vive. No contexto do litoral do Paraná, uma região de grande beleza natural e importância, a criação de projetos de mobilização para a preservação ambiental torna-se essencial para seus moradores e turistas.

A Educação Ambiental (EA) é um campo de reflexão e pesquisa ativo no Brasil, sendo a escola um espaço fundamental para essa discussão. Conforme a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9795/1999, Art 1º), a EA constitui-se pelos processos nos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente. Este é um bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida e à sustentabilidade ambiental.

Diversos pesquisadores brasileiros têm se dedicado ao tema, incluindo Furtado, Minasi e Ortiz (2018), Mendes e Neves (2022) e Lima (2018). Esses estudos reforçam a relevância de se integrar a EA ao currículo escolar. Neste estudo, o tema da Educação Ambiental no ensino de Língua Portuguesa é abordado sob uma perspectiva interacionista. Isso significa que a compreensão se baseia na interação do indivíduo com o outro e com o meio ambiente. Nesse contexto, o professor assume um papel fundamental como mediador entre o aluno e a construção coletiva dos conceitos de meio ambiente e natureza. O objetivo é que essa construção ocorra de forma contextualizada, permitindo que os educandos compreendam e a partir daí, incorporem práticas ambientalmente corretas em suas vidas.

A pesquisa de Furtado, Minasi e Ortiz (2018), em particular, ilustra como a perspectiva interacionista no ensino de Língua Portuguesa contribui significativamente para a Educação Ambiental. Com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais, o

objetivo desses pesquisadores foi verificar a presença de "saberes ambientais" nos gêneros textuais trabalhados nas aulas de Língua Portuguesa da Rede Municipal de Ensino do Rio Grande. Essa abordagem visa promover a conscientização do indivíduo — aquele que fala, ouve e lê — para que ele seja impulsionado a agir na transformação da realidade.

Complementarmente, Furtado, Minasi e Ortiz (2018) defendem que a Educação Ambiental, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais, deve ser abordada de forma transversal, pois está intrinsecamente ligada ao exercício da cidadania. Para tanto, sugere-se a utilização de diversos gêneros textuais, como reportagens, notícias, cartas do leitor e fotodenúncias, a fim de despertar o interesse e a sensibilidade dos alunos em relação às questões ambientais.

A pesquisa em questão se debruça sobre a proposta de ensino de Língua Portuguesa com base na concepção interacionista, conforme orienta a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que sugere o trabalho a partir de gêneros textuais. A BNCC também destaca a importância de abordar temas transversais em todas as disciplinas, como a Educação Ambiental. Essa integração visa proporcionar aos alunos o envolvimento com esses temas e, conseqüentemente, fomentar sua formação integral.

O ensino de Língua Portuguesa mostra-se um terreno fértil para o tratamento de questões ambientais, especialmente quando se utiliza a diversidade dos gêneros textuais. Isso é reforçado pelo trabalho de Mendes e Neves (2002), que, ao pesquisarem sobre a educação ambiental em aulas de Língua Portuguesa no Pará, concluíram que as variadas estratégias de ensino empregadas pelos professores são excelentes ferramentas de aprendizagem para os alunos.

A pesquisa em questão, por sua vez, demonstra que os professores de Língua Portuguesa entrevistados no município de Breves abordam ativamente temas importantes da Educação Ambiental. Consegue-se incluir questões do cotidiano dos alunos e discutir soluções para problemáticas locais, como a preservação da floresta amazônica, processos de reciclagem, destinação adequada de resíduos sólidos, aterro sanitário e arborização urbana.

Esse estudo reitera que as diferentes estratégias de ensino utilizadas pelos professores de Língua Portuguesa são, de fato, ferramentas eficazes para a aprendizagem da Educação Ambiental. As principais delas incluem a análise e

produção de artigos de opinião, reportagens, artigos de divulgação científica, além da leitura e interpretação de textos.

A autora Lima (2018), da Universidade Federal de Pernambuco, pesquisou a presença da Educação Ambiental em duas coleções de livros didáticos de português para os anos finais do ensino fundamental. Ela constatou a presença intencional e não intencional da temática nessas coleções, observando a utilização de diversos gêneros textuais para abordar as questões ambientais, o que provoca a sensibilidade dos educandos tanto para as questões ambientais quanto para a cidadania. O trabalho de Lima (2018) resultou em um caderno de complementação didática de português, com enfoque ambiental, para auxiliar o docente na contextualização da temática ambiental nas aulas de Língua Portuguesa.

Nesse cenário, compreende-se que a formação inicial estabelece a base do conhecimento, enquanto a formação continuada representa o aprimoramento constante sobre essa base. Isso assegura que o estudante ou profissional se mantenha atualizado e apto a enfrentar os desafios de um mundo em constante evolução. Para o aluno, especificamente, a formação inicial refere-se à aquisição das bases educacionais que o preparam para os próximos estágios de aprendizado. Já a formação continuada é sinônimo de aprendizagem ao longo da vida, que se manifesta na capacidade e disposição de continuar aprendendo e se adaptando a novas demandas e conhecimentos, muito além dos anos formais de escola.

A educação é transformadora da realidade. É pela construção de conhecimentos que possibilitam a reflexão sobre as questões ambientais que se fomenta a sustentabilidade nos contextos atuais. Assim, mostra-se crucial trabalhar junto à comunidade, trocando conhecimento sobre o local onde se vive e possibilitando a sensibilização e a preservação do Meio Ambiente, bem como o desenvolvimento sustentável da região. A escola possibilita a formação de um educando sensível às questões ambientais, além de um sujeito da construção do conhecimento com forte compromisso com a cidadania no contexto do desenvolvimento regional sustentável.

No que concerne ao item 7 da Competência Geral da Educação da BNCC (2018, p.18), espera-se do educando que este:

Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e

o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

Nas abordagens da Educação Ambiental, estão presentes as preocupações relacionadas às problemáticas socioambientais e aos processos educativos de como realizar essas abordagens da melhor forma para resolver tais problemáticas. A interpretação destas está sob influência de como as estruturas e dinâmicas econômicas, culturais e sociais acontecem na sociedade. Nesse cenário, a educação pode ser tratada como um processo político com vistas à formação emancipada e autônoma dos sujeitos, que não é neutra, já que envolve valores, tradições e culturas constituintes dos sujeitos em uma historicidade que acompanha tais sujeitos ao longo de suas vidas (Freire, 2018, 2011).

1.1 JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa justifica-se pela imperiosa necessidade de integrar a Educação Ambiental (EA) ao currículo escolar, com foco especial na disciplina de Língua Portuguesa. Buscou-se compreender as estratégias de abordagem dessa temática pelos professores em um contexto de notável vulnerabilidade socioambiental.

O município de Guaratuba, localizado no litoral do Paraná, foi o local escolhido para esta investigação. Essa região apresenta grande vulnerabilidade socioambiental, caracterizando-se pela presença de áreas de preservação ambiental e parques pouco conhecidos pela população local. Essa lacuna de conhecimento contribui para a suscetibilidade a degradações causadas por fatores como ocupação desordenada, queimadas e desmatamento, que ameaçam seus recursos naturais (Tiepolo, 2015).

Nesse cenário, a escola emerge como um espaço privilegiado para a promoção do conhecimento e da reflexão sobre o meio ambiente. Acredita-se que seja possível capacitar os educandos a modificar suas práticas e, assim, contribuir para a preservação do litoral paranaense. A relevância de investigar a EA no ensino de Língua Portuguesa reside na necessidade de abordar temas atuais em sala de aula, transcendendo o simples ensino de gêneros textuais. O intuito é sensibilizar os alunos para as questões ambientais do entorno, impulsionando a transformação da realidade.

A escola, portanto, desempenha um papel crucial na promoção do Desenvolvimento Territorial Sustentável, sensibilizando os alunos para as questões ambientais emergentes. Isso fomenta novos hábitos por meio do conhecimento adquirido no campo da Educação Ambiental, o qual é trabalhado em diferentes áreas do saber. Desse modo, a escola possibilita a reflexão sobre o meio ambiente em que se vive, motivando as mudanças de hábitos necessárias para a preservação do ecossistema local.

Esta investigação científica buscou compreender como a temática ambiental foi abordada e entendida pelos professores de Língua Portuguesa em Guaratuba. Conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), a Educação Ambiental deve ser trabalhada de forma integrada com as demais disciplinas, e não isoladamente. Essa integração visa proporcionar um ensino contextualizado que mobilize conhecimentos, habilidades e atitudes, promovendo a preservação da natureza e o consumo consciente.

A BNCC (2018, p. 8) define competência como:

A mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Ao definir competência dessa forma, a BNCC reconhece que a educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e voltada para a preservação da natureza. Isso demonstra alinhamento com as metas da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU, 2015), um plano de ação global para o desenvolvimento sustentável adotado por 193 países, que visa promover uma vida digna para todos.

A temática abordada neste trabalho está em consonância com a legislação nacional, que, em 1999, instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9795/1999). Esta política estabeleceu que o tema Meio Ambiente deve ser tratado em todos os níveis e modalidades de ensino, de maneira integrada às disciplinas do currículo escolar, e não isoladamente. O objetivo é levar o educando a compreender os principais conceitos da Educação Ambiental e a ter ciência das problemáticas ambientais contemporâneas.

Nas áreas de linguagens e comunicação, a promoção da reflexão sobre o mundo em que se vive é fundamental. Como resultado, espera-se que o aluno

exponha suas reflexões de forma escrita e dialogada, aprofundando o conhecimento sobre as questões ambientais e relacionando-as ao seu contexto de vivência. O professor de Língua Portuguesa, nesse sentido, prepara o aluno para a interpretação textual, a oralidade e o exercício da reflexão sobre temas atuais presentes nos textos trazidos para a sala de aula, além de ensiná-lo a argumentar para defender um ponto de vista.

Diversas pesquisas no Brasil abordam a temática ambiental relacionada ao ensino de Língua Portuguesa, incluindo os trabalhos de Mendes e Neves (2022), Bertazzo (2008), Lima (2018) e Alves (2015).

O estudo de Bertazzo (2008), por exemplo, investigou os saberes ambientais de professores de Língua Portuguesa do ensino fundamental em Santa Maria – RS. A autora buscou entender como esses professores aprimoram seus conhecimentos e se utilizam temas atuais nas aulas. No contexto dessa pesquisa, "temas atuais" refere-se a assuntos relevantes e contemporâneos que impactam diretamente o dia a dia da sociedade e a realidade dos alunos. No âmbito da Educação Ambiental, isso engloba desde problemas ambientais locais e globais (como desmatamento, poluição e crise climática) e eventos recentes (notícias sobre desastres ou novas políticas de sustentabilidade) até questões sociais relacionadas ao ambiente (como consumo consciente e impactos na comunidade). A intenção, ao abordar esses temas, é que os professores de Língua Portuguesa consigam conectar o conteúdo da disciplina — leitura, escrita, interpretação e argumentação — com a vivência dos estudantes e os desafios do mundo real, tornando o aprendizado mais significativo e engajador.

Os resultados de Bertazzo (2008) revelaram que, entre os vinte e quatro professores entrevistados, 74% trabalham com temas atuais e 68% possuem uma boa percepção sobre a Educação Ambiental. A constatação de uma "boa percepção" indica que esses educadores demonstram um entendimento consistente e abrangente dos conceitos e princípios da área. Isso sugere que eles não apenas detêm conhecimento sobre os problemas ambientais, mas também compreendem a relevância de integrar a EA em sua disciplina, percebendo o papel transformador que a Língua Portuguesa pode ter na conscientização e na mudança de comportamento dos alunos. Ter uma "boa percepção", nesse sentido, vai além da simples informação, refletindo a capacidade de interpretar e aplicar esses saberes de forma significativa na prática pedagógica.

A presente pesquisa se alinha a essa linha de investigação, buscando entender como o professor se prepara para lecionar sobre um tema que, muitas vezes, transcende sua área de formação original. A inquietação que move este trabalho é averiguar se há o tratamento da temática ambiental no ensino de Língua Portuguesa, com base nos relatos dos professores das Escolas Estaduais do município de Guaratuba. Para tanto, buscou-se entrevistar os professores e questioná-los a fim de entender seus saberes ambientais e territoriais, e verificar de que forma a Educação Ambiental está inserida em suas aulas e, se estiver, como isso está ocorrendo. Compreende-se que essa análise é fundamental, pois contribui diretamente para o avanço do Desenvolvimento Territorial Sustentável na região, ao fortalecer a capacidade da escola em formar cidadãos engajados com a realidade local e global.

1.2 PROBLEMA E HIPÓTESE DE PESQUISA

1.2.1 Definição do Problema de Pesquisa

Atualmente, a sociedade enfrenta graves consequências da crise ambiental, gerada pelas ações das gerações anteriores. Os impactos desse crescimento desordenado são globais e se manifestam de diversas formas: algumas regiões sofrem com o excesso de chuvas e inundações, enquanto outras vivenciam secas extremas (IPCC, 2023). Observa-se também o aumento da temperatura dos oceanos, que causa perda da biodiversidade marinha, e o degelo de glaciares (IPCC, 2022). Consequentemente, esses fatores geram impactos sociais, alimentares e na saúde de todos os seres que habitam este planeta (PNUMA, 2024; WWF, 2022).

Toda a sociedade está sendo afetada, com registros de pessoas que procuram locais para se estabelecer buscando fugir das catástrofes ambientais em seu lugar de origem. Contudo, devido à situação de pobreza e vulnerabilidade, essas populações acabam contribuindo para o crescimento desordenado, o desmatamento de áreas de preservação ambiental com registros de invasões e construções irregulares, geralmente perto de nascentes, causando a poluição dos rios e retomando o ciclo de degradação pela falta de políticas públicas eficazes (Tiepolo, 2015; IBGE, 2016; MapBiomass, 2023).

Diante desse cenário, torna-se essencial investir em ações para amenizar e, talvez, erradicar os danos causados ao meio ambiente. Para que o conhecimento das

causas das transformações climáticas e suas consequências atinja todos os cidadãos, foi criada a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999, Art. 1º). Nela, está estabelecido que a Educação Ambiental (EA) constitui-se pelos processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente. Assim, a educação emerge como um serviço ecossistêmico necessário para a formação de um cidadão sensível às questões ambientais.

O ensino de Educação Ambiental foi integrado como tema transdisciplinar em todas as disciplinas, modalidades e níveis do ensino no Brasil, sendo trabalhado em cada disciplina relacionado de alguma forma com a realidade de cada região (BNCC, 2018). Essa abordagem permite que o conteúdo seja contextualizado com a vivência do educando, promovendo uma reflexão sobre as ações cotidianas e contribuindo para a formação de um cidadão responsável, promovendo a qualidade de vida e o Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Diante disso, surge a questão que esta pesquisa pretendeu responder: qual era a compreensão ambiental do professor de língua portuguesa de Guaratuba, litoral do Paraná? Nesta investigação, busca-se entender se há relação entre estas diferentes áreas do saber.

1.2.2 Hipóteses de Pesquisa

A presente pesquisa foi justificada pela compreensão de que a Educação Ambiental (EA) deve permear todas as áreas do conhecimento e ser abordada em todos os níveis e modalidades da educação nacional. Isso está em consonância com os mandatos estabelecidos pela Constituição Federal do Brasil e pela Política Nacional de Educação Ambiental. Conforme o inciso VI do § 1º do artigo 225 da Constituição Federal de 1988, o Poder Público deve promover a Educação Ambiental, visto que:

"todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (Brasil, 1988).

O estudo focou em compreender como os professores de Língua Portuguesa da cidade de Guaratuba, no litoral do Paraná, estavam abordando essa temática crucial. A articulação da proposta de pesquisa sobre o serviço ecossistêmico no campo da educação, junto aos professores da rede estadual de ensino de Guaratuba, dialoga com a indispensável interdisciplinaridade entre ciências sociais e naturais. Essa abordagem interligada é fundamental para a compreensão da crise socioambiental contemporânea e para a reflexão sobre possíveis alternativas de desenvolvimento.

A questão central que norteou este estudo foi: Qual é a compreensão ambiental do professor de Língua Portuguesa de Guaratuba, litoral do Paraná? Esta pergunta foi fundamentada na Política Nacional do Meio Ambiente e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A hipótese principal que orientou este estudo era a de que os professores de Língua Portuguesa de Guaratuba trabalhavam a temática da Educação Ambiental em suas aulas, estabelecendo um diálogo entre o ensino da língua portuguesa e a educação ambiental. Acreditava-se que essa prática contribuía efetivamente para a formação de cidadãos responsáveis, que desenvolviam novos hábitos de consumo essenciais para um mundo sustentável e sensível às questões críticas de preservação da biodiversidade regional. Portanto, esta pesquisa visou não apenas confirmar essa prática pedagógica, mas também, e de forma mais aprofundada, elucidar a compreensão que os docentes tinham sobre o tema da Educação Ambiental e o Desenvolvimento Territorial Sustentável.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa científica foi investigar a compreensão da Educação Ambiental (EA) pelos professores de Língua Portuguesa da rede estadual de ensino na cidade de Guaratuba/PR.

1.3.2 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo geral, este estudo buscou:

- Identificar como a compreensão da EA pelos professores se relaciona com a abordagem da temática como um tema transversal nas aulas de Língua Portuguesa.
- Investigar a compreensão dos professores de Língua Portuguesa acerca do Desenvolvimento Territorial Sustentável;
- Avaliar como os professores de Língua Portuguesa interpretavam os conceitos de desenvolvimento, território e sustentabilidade, com foco específico no litoral do Paraná;

2. TEORIA DA CRISE SOCIOAMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Esta seção buscou refletir sobre os elementos que culminaram na crise socioambiental contemporânea, traçando um panorama desde a história dos movimentos ambientais até as abordagens atuais de desenvolvimento e sustentabilidade.

A sociedade contemporânea vivenciava um ritmo acelerado de desenvolvimento tecnológico, econômico e social, o que exigia um olhar atento para a sustentabilidade. A atual crise ambiental foi um reflexo desse avanço desordenado, gerando impactos significativos em diversos setores (agricultura, pesca, turismo, energia) e desencadeando crises econômicas e sociais. Diante dessa realidade, tornou-se imperativo buscar um desenvolvimento que abrangesse distintas áreas, garantindo a segurança da população e do ecossistema. Esse progresso deveria estar alinhado com o ecodesenvolvimento, conceito que Leis (1999, p. 146) definiu como a satisfação das necessidades humanas básicas, a solidariedade intergeracional, a participação da população e o respeito às culturas nativas.

O movimento ambientalista ganhou um impulso crucial com a publicação, em 1962, de "A Primavera Silenciosa" de Rachel Carson. Nesta obra, a bióloga marinha, cientista, ecologista e escritora alertou sobre os riscos do uso de pesticidas químicos sintéticos, despertando a sociedade para a importância da proteção do ecossistema e da saúde humana (Leis, 1999). A partir daí, cresceu a inquietação sobre como utilizar os recursos naturais de forma sustentável, sem comprometer o meio ambiente, unindo pesquisadores, líderes políticos e a sociedade civil em um esforço global para

o uso consciente dos recursos e sua preservação para as futuras gerações (Leis, 1999).

Esse cenário impulsionou a necessidade de debates internacionais, culminando na primeira grande reunião das Nações Unidas sobre o meio ambiente, a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo (Suécia), em 1972 (Lago, 2013). Essa conferência marcou uma mudança de paradigma ao constatar as consequências negativas da industrialização – como poluição, tráfego e ruído – que afetavam a qualidade de vida nos países desenvolvidos. A preocupação com o meio ambiente, inicialmente motivada pela pressão de cientistas, políticos e organizações não governamentais (ONGs), ganhou notoriedade internacional, denunciando os perigos do crescimento desordenado e seus impactos na qualidade de vida (Lago, 2013).

Após Estocolmo, diversas reuniões foram organizadas para promover a interação entre os países e construir protocolos de preservação ambiental. Paralelamente, houve uma intensa produção legislativa ambiental, tanto em nível nacional quanto internacional, regulando a apropriação econômica dos bens ambientais. Essa regulação visava resguardar os recursos naturais, garantir o desenvolvimento econômico e social, e promover a saúde e a renda da população, reiterando a necessidade de equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental para o desenvolvimento sustentável (Lago, 2013).

Nesse contexto, surgiu o Direito Ambiental, que, para além de sua dimensão conceitual como elemento histórico-cultural, assumiu a função de regular a apropriação econômica dos bens ambientais. Sua finalidade foi assegurar que tal apropriação ocorresse com base na sustentabilidade dos recursos, no desenvolvimento econômico e social, e na garantia de padrões adequados de saúde e renda (Brummer, 2010).

O conceito de meio ambiente era amplo, abrangendo não apenas os aspectos físicos, químicos e biológicos essenciais para a vida no planeta e a sobrevivência humana, mas também a proteção da cultura em suas diversas manifestações, visando um meio ambiente ecologicamente equilibrado para as gerações presentes e futuras (Brasil, 1981). A Lei nº 6.938/81, em seu artigo 3º, definiu meio ambiente como o "conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida, em todas as suas formas". Essa legislação proibiu a degradação ambiental e a poluição que prejudicavam a saúde, a segurança

e o bem-estar da população, e estabeleceu a responsabilidade pela preservação ambiental para garantir a qualidade de vida.

Adicionalmente, a referida lei incentivou o estudo e a pesquisa de tecnologias para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais (Brasil, 1981, p. 01). Reconhecendo a escola como um espaço privilegiado para a formação da consciência coletiva, garantiu a "educação ambiental em todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente" (Brasil, 1981, p. 01).

A discussão sobre o desenvolvimento evoluiu significativamente. Nos anos 1950 e 1960, a teoria predominante (Evans, 1993) via o Estado como promotor da industrialização, modernização agrícola e infraestrutura. Contudo, o fracasso do Estado em cumprir plenamente essas tarefas, apesar do incentivo à produção industrial, levou a uma reavaliação.

Atualmente, o desenvolvimento é compreendido como um processo histórico e relacional, multifacetado por determinações econômicas, políticas, culturais e naturais (Saquet, 2015, p. 25). Para que ele de fato ocorresse, foi crucial um equilíbrio entre os âmbitos político, econômico, social e ambiental, superando a pobreza e a desigualdade que propiciavam as crises ecológicas.

O conceito de desenvolvimento territorial ampliou essa compreensão, sendo um processo contínuo de mudança, historicamente e territorialmente situado. Ele se integrou a dinâmicas intraterritoriais, supraterritoriais e globais, impulsionado pela valorização de recursos e ativos locais (Dallabrida, 2015, p. 325). Este processo visou à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida da população. Foi essencial que o desenvolvimento não comprometesse os sistemas naturais (atmosfera, águas, solos e seres vivos) que sustentam a vida na Terra (Dallabrida, 2015). A dimensão social também foi vital, buscando sociedades mais justas, com menor desigualdade, e promovendo conhecimento, educação de qualidade, saúde e bem-estar, garantindo respeito e valorização de todos os seres vivos (Brundtland, 1987). Economicamente, o desenvolvimento sustentável alinhou crescimento financeiro à proteção ambiental, criando condições de trabalho dignas e assegurando saúde e renda para os trabalhadores (Brundtland, 1987).

O termo sustentabilidade surgiu na Conferência de Estocolmo em 1972, referindo-se a um conjunto de práticas ecologicamente corretas, economicamente viáveis e socialmente justas. Esteve intrinsecamente ligado ao conceito de

desenvolvimento sustentável, popularizado em 1987 com o "Relatório Brundtland" ("Nosso Futuro Comum"). Este relatório alertou sobre a necessidade de compromisso global com o consumo consciente e a preservação dos recursos naturais, identificando a pobreza e o consumismo extremo como causas da insustentabilidade.

A Conferência do Rio (Rio-92), em 1992, foi um marco decisivo. Reconheceu a responsabilidade dos países desenvolvidos pelos danos ambientais e a importância do apoio financeiro e tecnológico a países em desenvolvimento. A "Cúpula da Terra" adotou a Agenda 21, um plano de ação global para a proteção do planeta, que incentivava governos a desvincular o crescimento econômico insustentável de práticas que esgotavam os recursos. Cinco documentos-chave foram aprovados: a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Convenção Quadro sobre Mudança do Clima (juridicamente obrigatórias), e a Declaração do Rio, a Declaração sobre Florestas e a Agenda 21 (políticas sem vínculo jurídico).

A partir desses marcos, foram estabelecidas as bases para que os governantes pudessem criar políticas públicas que assegurassem o desenvolvimento regional, considerando o mundo como um conjunto de possibilidades para alcançar objetivos como a erradicação da pobreza, a melhoria de serviços públicos, a diminuição de desigualdades e o suprimento de carências tecnológicas, sem comprometer os recursos naturais.

2.1 TERRITÓRIO

O conceito de território foi fundamental para a compreensão das dinâmicas socioambientais, transcendendo a mera delimitação física para se tornar um espaço de interações complexas. Para Dallabrida (2020, p. 67), o território é um "espaço de vivência, construído, destruído e/ou reconstruído no tempo histórico e nos lugares, por meio de relações sociais de alteridade e exterioridade e com o ambiente natural". Ele enfatizou que era um conjunto de fatores onde as pessoas viviam, conviviam e estabeleciam relações mútuas e com o ambiente.

O geógrafo Milton Santos (2001) abordou o território como sinônimo de espaço, uma totalidade que integrava indissociavelmente realidades sociais, econômicas, culturais e políticas. Para Santos, o território usado era crucial para a construção do futuro, e seu uso era definido pela dinâmica dos lugares. O lugar, por sua vez, era o "espaço do acontecer solidário", onde as solidariedades definiam usos

e geravam valores de diversas naturezas (culturais, antropológicos, econômicos, sociais, financeiros), pressupondo sempre coexistências e o espaço geográfico.

Raffestin (2015, p. 11) aprofundou essa perspectiva, definindo território como "o conceito mais eminentemente geográfico que cristaliza as realidades materiais e imateriais que os homens manipulam em todas as suas relações de poder". Ele alertou para a necessidade de um posicionamento crítico em relação ao desenvolvimento territorial, pois nem todo empreendimento econômico contribui de fato para o desenvolvimento local. Raffestin (2015, p. 11-14) ilustrou essa crítica ao afirmar que, embora empresas busquem extrair recursos, frequentemente "destroem os territórios de forma irremediável e definitiva", eliminando as referências dos habitantes e praticando uma "economia de rapina".

Milton Santos (2001) também destacou a natureza antagônica do território, descrevendo-o como "esquizofrênico", capaz de acolher tanto os vetores da globalização, que impõem uma nova ordem, quanto produzir uma "contraordem" com a proliferação de pobres, excluídos e marginalizados (Santos, 2001, p. 114). Essa dualidade refletia a coexistência de exploração econômica e geração de riqueza com a marginalização de parcelas da população.

A visão de Gilles Deleuze (1987, p. 4) complementou essa compreensão ao conceber o território como uma construção dinâmica, resultante de processos de desterritorialização e reterritorialização. Para ele, não havia território sem um movimento de saída (desterritorialização) que, por sua vez, impulsionava um esforço para se reterritorializar em outro local.

Em contraposição a uma visão tradicional e estática da geografia, Milton Santos (2002) enfatizou o caráter dinâmico do território, que era constantemente transformado pelas inter-relações entre o ser humano e o ambiente. Ele o descreveu como o "conjunto indissociável do substrato físico, natural ou artificial, e mais o seu uso, ou, em outras palavras, a base técnica e mais as práticas sociais, isto é, uma combinação de técnica e política" (Santos, 2002, p. 87). Essa abordagem moderna integrou todas as dimensões do território e as interações socioambientais, reconhecendo a inseparabilidade entre sociedade e espaço geográfico como um processo dinâmico social, econômico e político.

Mais recentemente, Moken et al. (2008, p. 5), ressaltaram que as discussões sobre território incorporam o componente cultural, reconhecendo que ele "carrega sempre, de forma indissociável, uma dimensão simbólica, ou cultural em sentido

estrito, e uma dimensão material, de natureza predominantemente econômico-política." Essa perspectiva reforça que o território existe e se transforma de acordo com o uso que dele se faz, produzindo a materialidade histórica e o registro social dos movimentos humanos, que moldam tanto a história social quanto os cenários naturais.

2.1.1 Litoral do Paraná

O litoral paranaense é composto pelas cidades de Guaraqueçaba, Antonina, Morretes, Paranaguá, Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba. Esta região caracteriza-se por uma heterogeneidade ambiental e socioeconômica marcante, permeada por fortes paradoxos (Andriguetto; Marchioro, 2002, p. 159-160). A heterogeneidade é evidenciada pela grande variedade de ecossistemas, diversidade de atividades econômicas (com distintos níveis de desenvolvimento), riqueza cultural da população de origem, diferentes trajetórias históricas e acentuadas desigualdades sociais. Os paradoxos, por sua vez, surgem do contraste entre a vasta riqueza natural remanescente – protegida por leis que se mostram insuficientes – e os crescentes níveis de degradação. Apesar de um considerável potencial econômico e atividades em expansão, a região permanece em um estado de subdesenvolvimento, figurando entre as mais pobres do estado, o que não impede um grande fluxo de imigrantes em busca de melhores condições de vida (Andriguetto; Marchioro, 2002, p. 159-160). Essa situação de desigualdade social, aliada à falta de desenvolvimento, gera danos e ameaças aos valiosos recursos naturais.

Segundo Tiepolo (2015), o litoral paranaense é rico em biodiversidade e cultura, e desde a década de 1980, diversas iniciativas de conservação da biodiversidade têm sido implementadas. A região abriga os últimos remanescentes contínuos e bem conservados de Floresta Atlântica costeira no Brasil, devido a suas características geomorfológicas, processos históricos de ocupação e a presença de unidades de conservação. Incluída entre as áreas de maior biodiversidade do planeta, ela abrange as Áreas Protegidas do Lagamar, um extenso sistema de manguezais de elevado valor social, cultural, econômico e ecológico.

Contudo, apesar do potencial e das iniciativas de conservação, as unidades de conservação na região apresentam baixo nível de consolidação. Isso se deve a equívocos conceituais, problemas fundiários e de demarcação de limites, falta de reconhecimento das diversas territorialidades e a ausência de políticas públicas

eficazes para a conservação e participação social. A não validação dos territórios de povos tradicionais agrava os conflitos ambientais no litoral paranaense, revelando uma "política de abandono propositadamente instalada na região" (Tiepolo, 2015).

Os resultados práticos dessas empreitadas têm sido a proliferação de conflitos ambientais, que dificultam a promoção de alternativas de subsistência, ao mesmo tempo em que fortalecem modelos desenvolvimentistas de setores produtivos público-privados. Tiepolo (2015, p. 96) aponta que a vocação da região para modelos de desenvolvimento diferenciados e práticas inovadoras, que respeitem suas singularidades ecológicas e culturais, é "drasticamente afetada e obstruída por uma orquestrada política intencional de abandono, com fins a transformar toda a região em polo industrial de empreendimentos de grande impacto ambiental."

As instâncias políticas e executivas demonstram incapacidade de lidar com a problemática de uma sociedade que pouco se alinha com as dinâmicas ecossistêmicas de sustentabilidade, resultando em consequências futuras de difícil resolução no curto prazo. O extrativismo de produtos florestais não madeiráveis (PFNMs), por exemplo, está associado a ecossistemas remanescentes e a culturas específicas, sendo diretamente influenciado por políticas públicas estaduais. Apesar de uma aparente proteção ambiental, o litoral do Paraná é uma área de alta tensão ecossistêmica e social, marcada por suas características naturais e por um crescimento populacional desordenado que gera desigualdades sociais e impactos no solo devido a rápidas transformações territoriais. Essa vulnerabilidade socioambiental se manifesta nas severas consequências de eventos climáticos sobre as populações e seus meios de produção (Tiepolo, 2015, p. 101).

Adicionalmente, a região tem experimentado mudanças climáticas notáveis, possivelmente ligadas ao aumento da temperatura global. Há uma carência de estudos sobre os efeitos do extrativismo a longo prazo na sustentabilidade ambiental da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaratuba. A população tradicional, composta por lavradores e pescadores artesanais em comunidades remotas, depende desses recursos para sua subsistência, dado que a região oferece poucas alternativas de trabalho.

As condições de vida dessas populações são precárias, com acesso limitado a serviços públicos básicos como educação e saúde. O Estado, muitas vezes, falha em garantir a permanência dessas comunidades em seus territórios, criando condições para a usurpação de suas terras e a negação de seus direitos.

Frequentemente localizadas em áreas de interesse privado, próximas a centros urbanos e praias cobiçadas, essas populações não são reconhecidas formalmente, o que as deixa à margem do sistema legal e de suas normativas. Elas sofrem com os impactos ambientais e com a instalação de grandes empreendimentos industriais, sendo frequentemente forçadas a deixar seus lares e modos de vida para buscar empregos nas periferias, em áreas ainda florestadas (Tiepolo, 2015, p. 99). A falta de infraestrutura local, principalmente em saneamento, saúde e emprego, leva à evasão dessas populações, que, com baixo nível de escolaridade, encontram dificuldades em se reinserir no mercado de trabalho em outras regiões.

Sobre as unidades de conservação do litoral do Paraná, a maioria delas está "esquecida" pelo poder público devido a sucessivas mudanças de governo, o que impediu sua consolidação e implementação (Tiepolo, 2015, p. 102). Embora a primeira unidade, o Parque Florestal Rio da Onça, tenha sido criada em 1981, e outras 13 tenham sido estabelecidas, poucas possuem planos de manejo atualizados. A APA de Guaratuba, a APA de Guaraqueçaba, a Área de Especial Interesse Turístico do Marumbi, a Estação Ecológica da Ilha do Mel, a Estação Ecológica de Guaraguaçu e o Parque Estadual do Pico Marumbi são as únicas com planos de manejo, que, no entanto, necessitam de revisão urgente. O Parque Nacional de Superagui, por exemplo, após 26 anos de sua criação em 1989, ainda está finalizando seu plano de manejo.

A economia local varia entre os municípios, mas é predominantemente marcada por atividades portuárias, agrícolas, pesqueiras, turísticas e de conservação dos ecossistemas (Pierri et al., 2006). A falta de reconhecimento dos territórios tradicionais amplifica a rede de conflitos ambientais, reforçando a "política de abandono" e a carência de conhecimento coletivo da população local para proteger suas terras, seu trabalho e a Mata Atlântica (Tiepolo, 2015, p. 96). Como Guattari (1989, p. 55) aponta, é fundamental "reapropriar-se de Universos de valor no seio dos quais processos de singularização poderão reencontrar consistência", buscando novas práticas sociais, estéticas e de relação com o outro para superar as crises contemporâneas.

As praias de areia, predominantes em muitas regiões tropicais e temperadas (McLachlan; Brown, 2006), são ambientes costeiros de fácil acesso e muito procurados para recreação, impulsionando a economia local (Klein et al., 2004). Além de seu valor econômico e recreativo (Schlacher et al., 2007), abrigam uma biota

diversificada que fornece bens e serviços ecossistêmicos essenciais ao equilíbrio ambiental (Defeo et al., 2009). Contudo, mudanças ambientais, naturais ou antropogênicas, podem afetar significativamente essas comunidades. O litoral brasileiro, com aproximadamente 10.800 km de extensão e um dos maiores agrupamentos de praias arenosas do mundo, sofre com a escassez de conhecimento sobre sua biodiversidade. Historicamente, o desenvolvimento econômico brasileiro, baseado na exploração mal planejada dos recursos naturais, submeteu as praias a diversos impactos humanos, resultando em alto risco de perda de biodiversidade (Amaral; Jablonsky, 2005; Schlacher et al., 2008; Scherer, 2013). Somados aos efeitos das mudanças climáticas globais, esses fatores tornam urgente o estudo e a promoção da preservação aliada ao desenvolvimento sustentável das regiões litorâneas do Paraná.

A paisagem do litoral paranaense foi moldada ao longo de eras geológicas. No Terciário, um movimento de submersão oceânica adentrou profundamente os vales, o que, para Backheuser (1918, p. 3-4), deu origem às características únicas da Serra do Mar. Maack (1946) sugere que, entre o Cretáceo e o Terciário, o tectonismo dos Andes desequilibrou o continente, elevando blocos em algumas regiões e afundando uma faixa continental. Esse afundamento formou vales cretáceo-terciários e permitiu a entrada de água marinha, criando baías como as de Guaratuba e Paranaguá. Após o cessar dos movimentos tectônicos, o processo diastrófico – caracterizado por movimentos lentos da crosta terrestre – reiniciou no Quaternário e persiste até a contemporaneidade. Devido ao afundamento de parte do bloco continental que originou a Serra do Mar, o litoral do Paraná possui uma costa rica em enseadas, pontais e ilhas. No Quaternário, a retificação da crosta e uma intensa sedimentação formaram restingas, manguezais, bancos de lodo e areia, sedimentação terrígena, aluviões terrestres e dunas eólicas.

3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental (EA) é um pilar essencial e permanente da educação nacional, conforme a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA, 1999). Ela deve estar presente de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo, tanto formal quanto não-formal.

No Ensino Formal, a EA se integra aos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, abrangendo a educação básica, superior, especial, profissional e de jovens e adultos. Sua implementação deve ser contínua, permanente e transversal, permeando todas as disciplinas. Já a Educação Ambiental não-formal compreende ações e práticas educativas destinadas a sensibilizar a coletividade sobre questões ambientais. Isso inclui o uso dos meios de comunicação de massa, a parceria entre empresas e escolas em programas de EA, a sensibilização de populações tradicionais em unidades de conservação, a conscientização de agricultores e o ecoturismo.

A Lei n. 9.795/99, art. 4º, define a EA como um conjunto de processos pelos quais indivíduos e a coletividade constroem valores sociais em prol do bem comum. Esse processo visa desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes que permitam lidar com as problemáticas ambientais, promovendo a conservação do meio ambiente como um bem de uso comum do povo, essencial para a qualidade de vida e a sustentabilidade (PNEA, 1999).

Cabe ao Poder Público, em conformidade com os artigos 205 e 225 da Constituição Federal, criar políticas públicas que engajem a sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente. Entre os princípios básicos da EA, destaca-se o "enfoque humanista, holístico, democrático e participativo" (PNEA, 1999). A democratização das informações ambientais é assegurada pela disseminação desses conteúdos nos meios de comunicação de massa, visando sensibilizar a população sobre a totalidade do meio ambiente – natural, socioeconômico e cultural – sempre com foco na sustentabilidade.

Layrargues (2004) explicou que "Educação Ambiental" é um termo que historicamente designa práticas educativas relacionadas à questão ambiental. Enquanto "Educação" define os fazeres pedagógicos, "Ambiental" contextualiza a ação pedagógica, diferenciando-a de uma educação que não era ambiental.

Para Sbazó Júnior (2010), a EA é um conjunto de ações que potencializam a sensibilidade ambiental dos educandos, podendo ser formal ou informal e ministrada em diversas disciplinas. Siqueira et al. (2016) observaram que, nas escolas, a EA formal frequentemente aborda temas como poluição (solo, água, ar), reciclagem e conservação da natureza. O mais importante, no entanto, é a sensibilização dos alunos, o desenvolvimento da percepção ambiental e a formação de um pensamento crítico.

Freire (2018, 2011) concebeu a educação como um processo político que visa a emancipação e autonomia dos sujeitos, e, portanto, não é neutra, pois envolve valores, tradições e culturas intrínsecas às histórias individuais e coletivas. Essa perspectiva relaciona a EA e o interesse pelas problemáticas ambientais a um processo político, onde a tomada de decisão sobre o uso dos recursos naturais reflete os interesses dos diferentes grupos sociais.

Marina Silva (2004) destacou o momento histórico da EA, especialmente com o início da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), que atualiza o desafio paradigmático da EA ao nomeá-la como Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Diversas denominações, como educação ambiental crítica, emancipatória ou transformadora, ecopedagogia e alfabetização ecológica, vêm despontando no Brasil (Silva, 2004). Compreender essas vertentes da EA permite reconhecer suas diversidades, convergências e identidades, promovendo o diálogo e a participação social como nova diretriz da política ambiental integrada, rumo à sustentabilidade global.

A Educação Ambiental crítica buscou contribuir com atividades práticas e fundamentos que permitissem transformações socioambientais, reconhecendo os limites do planeta para satisfazer as necessidades humanas. Essa vertente propôs uma EA que orientasse a forma de pensar e agir na transformação da realidade concreta, desenvolvendo abordagens que promovessem a mudança social. O objetivo foi uma EA efetivamente democrática, que contemplasse as diversas áreas do conhecimento, problematizasse as forças produtivas e as relações de produção atuais para promover mudanças práticas e respeitar os limites regenerativos do planeta. Economistas ecológicos (Georgescu-Roegen, 2012; Cavalcanti, 2015; Barbosa, 2015) defenderam que os padrões atuais de consumo e produção são limitados pela finitude dos recursos naturais.

Para Nogueira (2023), a EA crítica deve ter intencionalidade de mudanças práticas nas relações socioambientais. Os problemas ambientais e sociais, de âmbito global, precisam ser reconhecidos e abordados nas práticas locais de EA. Para superar o estranhamento dessas problemáticas, foi crucial conectá-las às práticas de EA, permitindo que contradições e interesses fossem discutidos a partir da realidade local dos sujeitos envolvidos.

4 METODOLOGIA

4.1 CLASSIFICAÇÃO E ABORDAGEM DA PESQUISA

Esta investigação buscou compreender a percepção ambiental de professores de Língua Portuguesa da rede estadual de ensino de Guaratuba/PR, focando em suas concepções sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável e Educação Ambiental. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, que, segundo Pessôa e Ramires (2013, p. 25), reconhece a "relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, de uma interdependência viva entre sujeito e objeto e de uma postura interpretativa". A qualidade, derivada de *qualitas*, remete à essência e à profundidade dos fenômenos, indo além da extensão para explorar a plenitude.

Triviños (1987) aponta a fenomenologia e o marxismo como métodos de análise para a pesquisa qualitativa, que se desdobra em duas linhas principais: a subjetivista-compreensivista e a crítico-participativa. Enquanto a primeira foca nos aspectos subjetivos dos atores – suas percepções, conscientização e contexto cultural –, a segunda, de viés histórico-cultural, analisa a realidade social por meio da dialética, buscando conhecer para transformar processos complexos e dinâmicos.

Para Silveira e Córdoba (2009), a pesquisa qualitativa busca o "porquê das coisas" e o que deve ser feito, alinhando-se ao objetivo deste estudo de investigar a experiência dos docentes com a associação entre Educação Ambiental e Desenvolvimento Territorial Sustentável. Flick (2004) complementa que a pesquisa qualitativa deve ser guiada por ideias intrínsecas, com métodos e teorias apropriados ao objeto de estudo, valorizando o conhecimento e a diversidade dos participantes. A reflexividade do pesquisador sobre o objeto, durante todo o processo, é crucial para a interpretação e validação da metodologia.

Minayo (2009) reforça que o universo humano, com suas particularidades, pensamentos, relações, ações e subjetividades, torna a pesquisa qualitativa essencial para explicar fenômenos que não podem ser quantificados, sendo mais apropriada para a compreensão de complexidades humanas.

4.1.1 Coleta de Dados

Nesta pesquisa, as mensagens geradas – verbais (orais e escritas), gestuais, silenciosas e figurativas (Franco, 2008) – foram registradas no diário de campo da pesquisadora, incluindo as falas dos encontros presenciais, fóruns de discussão e entrevistas.

Para a coleta de dados, utilizou-se um questionário semiestruturado, lido e explicado previamente aos participantes. Tanto as perguntas quanto as respostas foram gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas. Este questionário abordava conceitos-chave como Educação Ambiental, Território, Desenvolvimento Territorial Sustentável e Sustentabilidade, permitindo explorar o conhecimento dos professores sobre esses temas que são transversais e interdisciplinares, conforme preconizado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o componente curricular de Linguagens e suas Tecnologias.

A pesquisa qualitativa permite flexibilidade na classificação das concepções, adaptando-se para o melhor aproveitamento do material coletado. Como orienta Gil (2006, 2008), a coleta de dados por observação, relato ou entrevista, na pesquisa qualitativa, lida com uma dinâmica entre o mundo e o sujeito que não se traduz em números. Para a análise, foi necessário definir um número limitado de categorias, estabelecendo um princípio de classificação. Em consonância com Triviños (1987), a necessidade de novas coletas de dados poderia surgir caso novas informações apontassem para diferentes caminhos investigativos.

4.1.2 Análise de Conteúdo

Após a realização das entrevistas com os professores (QPM e PSS) da SEED do litoral do Paraná, as transcrições das falas foram submetidas à Análise de Conteúdo. Bardin (1977, p. 42) define a Análise de Conteúdo como "um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens". Este procedimento metodológico foi crucial para responder aos objetivos da pesquisa, compreendendo

como os professores de Língua Portuguesa de Guaratuba/PR concebem o Desenvolvimento Territorial Sustentável e a Educação Ambiental.

A metodologia da Análise de Conteúdo de Bardin (1977) se estrutura em três fases fundamentais:

A Primeira fase é a pré-análise: Correspondeu ao primeiro contato do pesquisador com o material coletado, por meio de uma leitura flutuante. Nesta etapa, os dados foram organizados para constituir o corpus da pesquisa, que é o "conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos" (Bardin, 1977, p. 96).

A segunda fase é da exploração do material: Esta fase de sondagem envolveu a codificação, onde o pesquisador estabeleceu uma ordem nas unidades coletadas, realizando sua enumeração, organização e a escolha de categorias, promovendo a união de características comuns.

A terceira fase é a do tratamento dos resultados, inferência e interpretação: Consistiu no processo de codificação final dos dados, estabelecendo as categorias que se alinham aos objetivos do estudo, buscando os aspectos fundamentais da pesquisa. Moraes e Galiazzi (2013, p. 155-156) explicam que categorizar é "dar ênfase a uma parte como modo de melhorar a compreensão do todo", sendo cada categoria uma perspectiva de exame para atingir uma compreensão global dos fenômenos. Embora a análise implique em divisões, é essencial não perder a visão do todo, pois "A categorização tem como primeiro objetivo [...] fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos" (Bardin, 1977, p. 119). A compreensão do conjunto das categorias constitui o resultado da análise.

Nesta fase específica do trabalho, a análise do conteúdo das entrevistas com os professores de Língua Portuguesa focou em conceitos como Território, Sustentabilidade, Educação Ambiental e Interdisciplinaridade, permitindo analisar as concepções dos professores sobre cada um deles. Essa sequência metodológica garantiu que a pesquisa mantivesse seu foco nos objetivos e permitisse uma análise consistente e pontual do material produzido.

4.1.3 Caracterização do Local de Pesquisa e Amostra

O estudo foi desenvolvido em Guaratuba, litoral do Paraná, uma região estratégica por abrigar a maior área contínua de Floresta Atlântica bem conservada,

formalmente reconhecida pela UNESCO como parte da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (IAT, 2020). Essa floresta é vital para a biodiversidade, com muitas espécies endêmicas devido ao seu isolamento geoclimatológico, e representa o segundo bioma mais ameaçado do mundo, existindo unicamente no Brasil (CNPq, 2001; WWF, 2006). Desde a colonização europeia, a Floresta Atlântica tem enfrentado desafios significativos, com impactos ambientais persistindo até os dias atuais (CNPq, 2001).

A planície litorânea da região possui entre 10 e 20 km de largura (atingindo até 50 km na baía de Paranaguá), caracterizada por formações arenosas, pântanos, manguezais e aluviões próximos ao complexo cristalino da Serra do Mar (Bigarella, 1946). Sua altitude varia de 0 a 10 metros acima do nível do mar, com pontos mais altos atingindo 20 metros. A necessidade de delimitar espaços para preservação natural levou à criação de áreas protegidas por razões socioculturais (Milaré, 2011, p. 196).

A Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaratuba, criada em 1992, possui aproximadamente 199.586,51 hectares, abrangendo Guaratuba, Matinhos, Paranaguá, Tijucas do Sul e São José dos Pinhais. Esta APA, que ocupa cerca de 1% do território paranaense, está localizada na Planície Litorânea, Serra do Mar e Primeiro Planalto, e impõe restrições ao uso do solo e dos recursos naturais para preservar seus atributos estéticos e culturais, mesmo com ocupação humana em terras públicas e privadas (Silveira et al., 2005).

As "populações tradicionais", que vivem em áreas remotas da APA, exploram recursos comuns e possuem uma identidade cultural forte, distinta da nacional, devido à sua relação direta com o meio ambiente e seu vasto conhecimento sobre os recursos e sua conservação (Dieges, 1992; Colchester, 2000; Carvalho, 2001). O modo de vida dessas populações está intrinsecamente ligado à natureza, que forma a base de sua cultura material.

A Baía de Guaratuba, com 15 km de extensão para o interior e até 5 km de largura, possui inúmeras ilhas e extensos manguezais (Bigarella, 1946). A presença humana na região é antiga, datando de 6.500 anos antes do presente, evidenciada pelos sambaquis, montes de conchas construídos por povos pré-coloniais (Gaspar, 1998, 2000; Bigarella et al., 2011; Brochier, 2009, p. 81-82). No litoral sul, incluindo a Baía de Guaratuba, foram registrados 99 sambaquis, dos quais apenas três foram escavados, revelando sítios líticos, cerâmicos e históricos que auxiliaram na indicação do nível do mar durante o Holoceno (Brochier, 2009, p. 79).

O centro de Guaratuba mantém arquitetura histórica, como a Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso, tombada pelo Iphan em 1938 (IPHAN, 2023). A região tem grande potencial turístico, com serras, rios, cachoeiras, represas, a baía, planícies costeiras, manguezais, sítios arqueológicos e dois parques (Nacional Saint Hilaire/Lange e Estadual do Boguaçu). No entanto, enfrenta considerável vulnerabilidade socioambiental, especialmente em relação a eventos climáticos extremos, o que exige atividades econômicas com baixo impacto ambiental (Tiepolo, 2015).

As áreas rurais do litoral paranaense exibem crescimento demográfico negativo ou abaixo da média, devido à atração urbana e à escassez de serviços. Em Guaratuba, conflitos por terras para plantios florestais resultaram na marginalização e deslocamento da população rural para áreas urbanas (Sonda, 2002). O censo de 2022 indica uma população estimada de 42.062 habitantes em Guaratuba, com uma área territorial de 1.326,670 km² e 97,8% das crianças e adolescentes de 6 a 14 anos escolarizados (IBGE, 2022).

Inicialmente, o estudo buscou incluir a totalidade dos professores de Língua Portuguesa da rede estadual de ensino de Guaratuba. No município, existem sete escolas estaduais (seis com Ensino Fundamental e quatro com Ensino Médio), totalizando 168 turmas atendidas por professores de Língua Portuguesa (Paraná, 2024). De um universo de dezoito professores atuantes nessa área, a pesquisa visava entrevistá-los para aprofundar as concepções sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável e Educação Ambiental. Contudo, apenas seis professores aceitaram participar da pesquisa.

Embora essa amostra não represente a totalidade do grupo, ela se mostrou suficiente para a profundidade da análise qualitativa proposta. A definição dessa amostra considerou o equilíbrio entre as expectativas dos entrevistados, o tempo necessário para a elaboração e realização das entrevistas, e o potencial de repetição, conforme recomendado por Flick (2012) para pesquisas dessa natureza.

4.2 FASES DA PESQUISA

4.2.1 Considerações Éticas

Em todas as etapas desta pesquisa, a ética e o anonimato dos participantes foram tratados como prioridades absolutas. Os professores de Língua Portuguesa que atuaram em Guaratuba, no litoral do Paraná, e que gentilmente aceitaram contribuir com suas perspectivas, tiveram suas identidades rigorosamente protegidas.

Optou-se por não submeter este projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) devido à natureza da coleta de dados e às medidas robustas de anonimato adotadas. A pesquisa concentrou-se na compreensão de concepções e perspectivas pedagógicas sobre Educação Ambiental e Desenvolvimento Territorial Sustentável, sem envolver dados pessoais sensíveis, informações de saúde ou quaisquer elementos que pudessem expor os participantes a riscos. As entrevistas buscaram unicamente as valorações e experiências dos docentes com os temas investigados, sem adentrar esferas da vida privada ou íntima.

Para assegurar o anonimato completo dos participantes, foram implementadas as seguintes medidas:

Pseudônimos: Em vez dos nomes reais, utilizaram-se pseudônimos ou códigos para identificar cada professor em todas as fases do estudo — desde as transcrições até a análise e apresentação dos resultados.

Omissão de Dados Identificadores: Qualquer informação que pudesse, de alguma forma, revelar a identidade individual dos participantes, como a escola específica de atuação ou detalhes muito particulares de suas experiências, foi cuidadosamente omitida ou generalizada nos relatos.

Armazenamento Seguro: Os dados brutos, incluindo gravações de áudio e transcrições originais, foram armazenados em local seguro e de acesso restrito apenas à pesquisadora principal, garantindo que não houvesse qualquer vazamento de informações.

Consentimento Informado: Antes da participação, todos os professores receberam e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Este documento descreveu de forma transparente os objetivos da pesquisa e os procedimentos de coleta de dados, com especial ênfase nas garantias de anonimato e confidencialidade. A leitura e a assinatura do TCLE ocorreram antes de qualquer

interação de coleta de dados, assegurando a compreensão e a adesão voluntária dos participantes.

Ao adotar essas rigorosas práticas de anonimato e confidencialidade, buscou-se criar um ambiente seguro e de confiança, incentivando a liberdade de expressão e assegurando que as contribuições dos professores fossem analisadas de forma respeitosa e sem qualquer risco de exposição ou identificação.

4.2.2 Planejamento da Pesquisa

A pesquisa adotou como procedimento metodológico a abordagem qualitativa do objeto de estudo. Essa escolha foi fundamental para o levantamento de dados que pudessem contribuir com as comunidades científica, institucional e social. Esse método mostrou-se relevante para interpretar o conhecimento de como os professores de Língua Portuguesa compreendem o Território, a Sustentabilidade e a Educação Ambiental, temáticas presentes no componente curricular da disciplina e que, segundo a Política Nacional do Meio Ambiente e a BNCC, devem ser contempladas em todas as modalidades e níveis de ensino.

Inicialmente, realizou-se um estudo aprofundado dos principais autores que abordam o tema da Educação Ambiental, buscando os conceitos e tendências contemporâneas mais relevantes. Posteriormente, investigaram-se os tipos de metodologias que poderiam ser empregadas para conduzir a pesquisa. Definiram-se, então, os caminhos a serem percorridos para a realização do estudo, com o objetivo de obter respostas sobre o conhecimento dos professores acerca da Educação Ambiental e do Desenvolvimento Territorial Sustentável. Concluiu-se que uma das melhores maneiras de alcançar esse propósito seria por meio de coleta de dados via entrevistas, seguida da elaboração de uma análise para verificar, entre outros fatores, o conhecimento dos professores de Língua Portuguesa de Guaratuba, litoral do Paraná, sobre a temática ambiental.

Para atingir esse objetivo, elaborou-se um questionário que foi crucial para a fluidez da pesquisa. A partir desse questionário, iniciou-se a etapa da pesquisa qualitativa, utilizando as entrevistas como instrumentos de coleta de dados. Os professores foram questionados sobre temas relativos à Educação Ambiental, ao Desenvolvimento Territorial Sustentável, ao Território e à Sustentabilidade. Após a coleta dos áudios, realizou-se a transcrição do material, obtendo, assim, informações

suficientes sobre a compreensão das questões referentes ao contexto da Educação Ambiental pelos professores entrevistados. Posteriormente, procedeu-se à análise das respostas obtidas, utilizando o método de Análise de Conteúdo.

O método de pesquisa qualitativa permitiu averiguar o conhecimento dos professores acerca da temática abordada. Considera-se que a contemplação da Educação Ambiental no ensino de Língua Portuguesa é de suma importância para promover o desenvolvimento educacional, refletindo sobre as problemáticas ecológicas locais.

4.2.3 Coleta dos Dados

A coleta de dados foi realizada após o delineamento dos objetivos desta pesquisa, pautada em uma abordagem qualitativa que buscou aprofundar a compreensão das percepções dos professores. Para embasar o processo, utilizaram-se conhecimentos prévios sobre os temas e impressões iniciais, além da análise de trabalhos de outros pesquisadores, buscando-se adaptar ideias para o contexto da região em estudo, sempre com a ênfase no anonimato e na riqueza das informações coletadas.

Os sujeitos da pesquisa foram professores de Língua Portuguesa que lecionavam para o ensino fundamental e médio em colégios estaduais do município de Guaratuba, litoral do Paraná. O universo total de docentes de Língua Portuguesa na rede estadual de Guaratuba era de dezoito professores. O convite para participar ocorreu em todas as escolas da cidade; contudo, a adesão resultou em seis professores que aceitaram colaborar. Essa amostra, embora não representativa estatisticamente do universo total de dezoito professores, foi considerada adequada para a profundidade qualitativa almejada. A escolha por essa quantidade pautou-se na busca por diversidade de perspectivas e na viabilidade de análise aprofundada das narrativas, características essenciais de estudos qualitativos. É importante ressaltar que os docentes que participaram do estudo lecionavam em mais de uma escola da rede estadual em Guaratuba, incluindo o Colégio Estadual Joaquim da Silva Mafra, o que enriqueceu as perspectivas ao abranger diferentes contextos escolares sem comprometer a identidade individual dos participantes.

Dos professores entrevistados, apenas um(a) era PSS (Processo Seletivo Simplificado), ou seja, contratado(a) temporariamente para atender à necessidade

provisória e excepcional de interesse público, conforme previsto pela Lei Complementar nº 108/2005 do Estado do Paraná (Paraná, 2005). Os demais professores entrevistados pertenciam ao Quadro Próprio do Magistério (QPM), sendo docentes aprovados em concurso público e com vínculo efetivo com o Estado do Paraná, com carreira e regime de trabalho regulamentados pela Lei Complementar nº 103/2004 e Decreto nº 4213/2009 (Paraná, 2004; Paraná, 2009). Essa diversidade de vínculos contribuiu para um panorama variado de experiências profissionais e percepções sobre o ensino de Língua Portuguesa no contexto ambiental.

As entrevistas foram conduzidas no município de Guaratuba, nas escolas dos participantes, entre os dias 28 de julho e 8 de dezembro de 2024, conforme agendamento prévio e sem imprevistos. A metodologia da entrevista semiestruturada permitiu flexibilidade para aprofundar temas emergentes, ao mesmo tempo em que garantiu a abordagem dos conceitos-chave da pesquisa (Educação Ambiental, Território, Desenvolvimento Territorial Sustentável e Sustentabilidade). Para garantir o anonimato absoluto, antes do início de cada entrevista, foi lido e explicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos participantes, que o assinaram voluntariamente. Esse procedimento reforçou o compromisso ético da pesquisa, assegurando que o sigilo das informações e a identidade dos docentes seriam mantidos.

Todas as entrevistas foram gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas integralmente. O questionário foi respondido oralmente, e o material transcrito foi rigorosamente organizado em categorias, alinhadas aos objetivos da pesquisa. Essa organização foi feita com a premissa de que nenhum dado pudesse, de alguma forma, levar à identificação individual.

Para preservar a identidade dos participantes, foram utilizados nomes fictícios em todas as referências aos entrevistados nos resultados e na discussão. O APÊNDICE A detalha as perguntas realizadas na entrevista e suas justificativas, enquanto o APÊNDICE B apresenta as respostas dos entrevistados na íntegra, sempre sob a proteção do anonimato.

4.2.4 Categorias e Unidades de Análise

No processo de análise das entrevistas, as respostas foram agrupadas e examinadas a partir de um número limitado de categorias. A construção dessas

categorias iniciou-se já na fase de elaboração do questionário, visto que as perguntas foram formuladas em alinhamento direto com a questão central da pesquisa.

Para a análise, foram definidas as seguintes categorias principais, que corresponderam aos temas sobre os quais as concepções dos sujeitos foram investigadas:

- Desenvolvimento Territorial Sustentável
- Desenvolvimento
- Território
- Sustentabilidade
- Educação Ambiental

Ao analisar as entrevistas, consideraram-se os aspectos relevantes para compreender as interações dos participantes com o meio em que vivem, buscando as respostas pretendidas pela pesquisa. A análise dos dados respeitou o contexto e as particularidades de cada sujeito, evitando possíveis distorções que poderiam ocorrer em uma análise global.

TABELA 1 – Códigos dos sujeitos pesquisados

Sujeito	Disciplina	Nº de participantes	Código utilizado
Professor	Língua Portuguesa	6	De PLP 1 a PLP 6

Fonte: elaboração própria

A análise das entrevistas realizadas com os professores revelou duas categorias gerais de análise: a Educação Ambiental e o Desenvolvimento Territorial Sustentável. A partir da decodificação das mensagens obtidas, foi possível organizar os dados em quatro unidades de análise, que foram examinadas em detalhes e estão expostas na Tabela 2.

TABELA 2 – Categorias gerais e unidades de análise

Categorias Gerais	Unidades de Análise
• Educação Ambiental • Desenvolvimento Territorial Sustentável	• As relações ser humano, natureza e a Educação ambiental • Desenvolvimento • Território • Sustentabilidade

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa

A partir dessa breve apresentação inicial, nas seções seguintes abordam a análise das compreensões dos sujeitos da pesquisa à luz do referencial teórico desta dissertação.

5 ANÁLISE DOS DADOS

A escolha do instrumento de coleta de dados proporcionou um volume significativo de informações que, após submetidas à análise de conteúdo (Bardin, 1977; Franco, 2005), revelaram categorias gerais que possibilitaram a organização, interpretação e análise dos elementos obtidos.

Neste capítulo, a análise dos dados coletados é apresentada sob a perspectiva da visão de mundo dos professores envolvidos no processo educativo, contextualizando-a com o referencial teórico discutido neste trabalho.

5.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

O perfil dos docentes entrevistados revelou que todas as participantes eram mulheres, com idades entre 36 e 55 anos. Quanto ao estado civil, três eram casadas, duas divorciadas e uma viúva. Em relação à moradia, a maioria (quatro professoras) possuía casa própria, enquanto duas não possuíam casa própria. Todas as professoras que participaram da pesquisa possuíam carro próprio e apenas duas delas não possuíam o carro quitado.

A diversidade no tempo de residência em Guaratuba emergiu como um fator relevante para as percepções sobre o território e as questões ambientais locais: a maioria das docentes entrevistadas residia em Guaratuba há, em média, dois anos, enquanto uma professora era moradora da cidade há mais de 20 anos. Essa distinção ofereceu perspectivas variadas sobre a interação com o ambiente costeiro e o desenvolvimento local. Sobre o vínculo empregatício, do total de participantes, apenas uma professora possuía vínculo pelo PSS (Processo Seletivo Simplificado); as demais eram concursadas (QPM). Essa composição da amostra permitiu explorar diferentes relações com o trabalho e o envolvimento com a comunidade local, enriquecendo a análise qualitativa.

5.1.2 Unidades de Análise

Com base nas categorias gerais reveladas pela análise de conteúdo, este capítulo examina as compreensões dos professores por meio das seguintes unidades de análise:

- As relações entre ser humano, natureza e educação ambiental;
- Desenvolvimento;
- Território;
- Sustentabilidade.

Além dessas unidades, o capítulo também aborda o Desenvolvimento Territorial Sustentável, dado a sua importância para o programa de mestrado e sua intrínseca relação com os conceitos de Desenvolvimento, Território e Sustentabilidade, conforme a estrutura apresentada na Tabela 2 na seção anterior.

6 AS RELAÇÕES SER HUMANO, NATUREZA E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Neste tópico, analisou-se a compreensão dos professores sobre as complexas relações entre o ser humano e a natureza, e como a Educação Ambiental (EA) se insere nesse contexto, confrontando-se com as ideias apresentadas no referencial teórico.

Para esta análise, o ser humano foi compreendido como todo indivíduo habitante da Terra. A natureza, por sua vez, foi entendida tanto como o espaço físico que requer preservação ambiental quanto como o ambiente modificado pelo ser humano para suprir suas necessidades sociais.

A fala da participante PLP 2 expressou um ponto de vista abrangente sobre a relação do ser humano com a natureza:

Porque quando nós falamos ambiente, não estamos falando só do meio ambiente que diz respeito à natureza, à fauna, à flora, mas nós também falamos de tudo que a natureza oferece e nos transforma. Nós precisamos dela para viver. A energia limpa e acessível, o bem-estar social, o trabalho de crescimento econômico. Essa dimensão de olhar para o meio ambiente, não só apenas pela fauna e flora, mas para que entenda que tudo que gera a vida e nos transforma nessa sociedade, ela está ligada ao meio ambiente. As inovações industriais, as comunidades sustentáveis, ao consumo responsável. (PLP 2)

Nesta fala, a professora PLP 2 demonstrou uma compreensão do ambiente que extrapola a visão restrita à fauna e flora, englobando o espaço construído e transformado pelas relações humanas e sociais. Essa perspectiva alinha-se diretamente com a concepção de Machado (1982, p. 6), que enfatiza a inseparabilidade entre o homem e seu ambiente: "Não se separa o homem e seu ambiente como compartimentos estanques." A professora, ao afirmar que tudo o que a natureza oferece é transformado pelo ser humano para suprir suas necessidades de conforto na vida em sociedade, dialoga com a ideia de uma relação indissociável e de mútua influência entre ambos.

Esta é uma visão holística, pois tanto a fala da professora quanto a afirmação de Machado (1982) sustentam a ideia de que o ser humano vive e transforma a natureza para sua sobrevivência. As ações de um interferem no outro, tornando-os, assim, indissociáveis. O ser humano adapta-se a cada ambiente e o modifica para viver em sociedade, conforme as necessidades emergentes. Desta forma, percebe-se uma compreensão na qual o ser humano e a natureza estão integrados, fazendo parte de um todo e permitindo explorar a harmonia entre eles como componentes de um mesmo sistema.

Ainda sobre a fala de PLP 2, a compreensão de que o meio ambiente ultrapassa a simples presença de fauna e flora foi evidente. As relações do ser humano com a natureza são entendidas por ela como necessitando de uma aliança com os modos de desenvolvimento da sociedade, visando à proteção ambiental. Isso é inferido a partir de sua menção à necessidade de energia limpa e acessível, comunidades sustentáveis e consumo responsável.

A participante PLP 2 também abordou a necessidade de bem-estar social, trabalho e crescimento econômico. Em relação ao bem-estar social, considerou-se que diversas questões, como moradia, trabalho, saúde e lazer, estão intrinsecamente ligadas ao meio ambiente, pois ele é moldado e adaptado por todas estas interações humanas com a natureza. No contexto do trabalho, a natureza é transformada pelo ser humano para promover a atividade produtiva em sociedade, visando à sua sobrevivência e à geração de recursos, o que remete ao conceito de desenvolvimento, como expresso por Dallabrida (2015):

As sociedades devem promover o aumento do potencial produtivo e garantir oportunidades iguais para todos. Contudo o desenvolvimento não pode pôr

em risco os sistemas naturais que garantem a vida na Terra, como a atmosfera, as águas, os solos e os seres vivos (Dallabrida, 2015).

Sobre o crescimento econômico, a PLP 2 complementa a ideia ao mencionar a importância de inovações industriais para amenizar os impactos ambientais através da tecnologia. Ela salienta a importância das comunidades sustentáveis, que desenvolvem cultivos familiares ou comunitários alinhados com a sustentabilidade ambiental. A professora finaliza sua fala ressaltando a importância do consumo responsável. Essa perspectiva dialoga com a visão de Santos (2002), que afirma que a paisagem não é fixa, mas é continuamente modificada pela sociedade por meio de processos de uso da terra de ordem política ou econômica.

Esta resposta revela a compreensão ambiental da professora de língua portuguesa, que entende que tudo o que gera vida e transforma a sociedade está intrinsecamente ligado às relações do ser humano com a natureza. A PLP 2 demonstra uma visão holística do ambiente, integrando o ser humano à natureza e afirmando que o que a natureza oferece nos transforma e é essencial para a nossa existência.

Nesta fala, o ser humano é visto como o agente transformador da natureza, e há uma reflexão sobre a existência da humanidade ser intrínseca à natureza. Dentro desse contexto, percebe-se que existe um reconhecimento de que as transformações que ocorrem no espaço são de origem antrópica, visando adequar o ambiente às necessidades de cada momento histórico. Essa percepção é crucial, pois, conforme apontam Moraes e Nogueira:

É necessário que os(as) professores(as) possam construir suas concepções das relações entre o ser humano e a natureza, entendendo que são agentes transformadores do meio em que estão inseridos, sendo necessária a percepção da prática social, e como professores(as) incluídos num contexto social e político (Moraes e Nogueira, 2024, p. 260).

Sobre a questão da Educação Ambiental, observou-se o relato da professora PLP 1, que comentou sobre a importância de levar os alunos para além da sala de aula para conhecerem os locais de preservação ambiental onde vivem. Essa abordagem representa uma maneira interessante de sensibilizar o educando para as questões ambientais e para o conhecimento do território em que vivem. Ela também relatou a importância de dar continuidade a este assunto dentro da sala de aula com atividades abordando os temas da preservação do meio ambiente.

Ah, sim. Nós fomos visitar as partes preservadas, que são o habitado dos Guarás, aqui na Praia de Caieiras. Fomos visitar os mangues, as praias, os pescadores, onde exerce também essa parte da sustentabilidade. E através dos passeios, nós realizamos algumas atividades dentro da sala de aula, onde foi colocada a preservação. (PLP 1)

Essas ações pedagógicas estão alinhadas com o que descreve Sbazó (2010), que afirma que a Educação Ambiental é um conjunto de ações que potencializam de maneira significativa a sensibilização quanto às questões ambientais. O encaminhamento metodológico de trabalho em sala de aula oportuniza a discussão de temas relacionados à sustentabilidade ambiental e à preservação do meio ambiente, a fim de tornar possível a compreensão dos alunos sobre o seu papel na sociedade e, assim, sensibilizá-los para as questões sobre o meio ambiente, além de promover o conhecimento. Essa perspectiva reforça a interconexão vital, como expresso por Nogueira (2023, p. 156-171): "Trata-se de uma relação equilibrada com todas as formas de vida, não só por um cuidado e preservação da natureza, mas também porque dependemos dela como condição de existência de nossa espécie."

A professora PLP 3 relatou como trabalha a Educação Ambiental em suas aulas e comentou sobre o papel do ser humano frente às problemáticas ambientais emergentes na sociedade. Observem-se as reflexões que, segundo a educadora, devemos ter para promover um mundo mais sustentável:

Não é impossível a sobrevivência sem alterar o meio ambiente. O que nós, professores, temos como responsabilidade é alertar sobre nossos efeitos negativos sobre o planeta e ajudar na busca de soluções para que os impactos positivos sejam sempre em maior proporção. (PLP 3)

A partir da transcrição da fala desta professora, analisaram-se diversas questões abordadas. A consciência sobre o ser humano transformar a natureza e a necessidade de um compromisso com uma vida mais sustentável estão evidentes. A EA está presente nas aulas da PLP 3, pois ela leva a temática para a sala de aula e trabalha com os alunos a sensibilização diante dos problemas ambientais emergentes em nossa sociedade. A PLP 3 ressalta que os impactos ambientais podem prejudicar não apenas o meio ambiente, mas também a economia, a cultura e a sociedade local.

A ideia de Machado (1982, p.6), que afirma "Não se separa o homem e seu ambiente como compartimentos estanques", está presente na compreensão de PLP

3 sobre a relação intrínseca do ser humano com o ambiente em que vive. Esta relação precisa ser planejada para que haja menos impactos negativos sobre o planeta. Pode-se concluir que, para PLP 3, o planeta é afetado pelos impactos negativos das ações humanas no meio ambiente. A professora salienta que é necessário alertar sobre os efeitos negativos do ser humano no planeta e buscar soluções para que haja uma diminuição dos impactos negativos das ações humanas. Desta forma, a professora está ajudando os indivíduos a construírem valores sociais em prol de um benefício comum, além de trabalhar a percepção do ambiente e gerar um pensamento crítico no educando (Siqueira et al., 2016).

Assim, para a entrevistada, o ser humano sempre irá impactar a natureza, mas para que haja o desenvolvimento é preciso estudar a melhor forma de agir para que os impactos sejam positivos e responsáveis. Segundo Beltrame (2016), a Educação Ambiental é aliada da Gestão Ambiental, e ambas têm o intuito de minimizar ao máximo os impactos negativos ao meio ambiente. Sendo assim, a ideia da participante da pesquisa dialoga com a afirmação de Beltrame sobre a necessidade de refletir sobre quais os impactos que podem ser gerados na natureza de acordo com as movimentações que o ser humano produz.

No trecho a seguir, PLP 4 expõe como concebe a introdução da EA:

Começar ensinando as bases, desde lá de criancinha, dentro de casa, aí depois nas séries iniciais e assim sucessivamente. Ensinar as pessoas a terem a consciência em cuidar do ambiente em que estão inseridos. Com pequenas ações, práticas, mas consecutivas. Desde a separação do lixo, plantar uma árvore, cuidar das praças, economizar água. Pequenas ações, mas desde a infância e consecutivas. (PLP 4)

Segundo a entrevistada PLP 4, a EA deve ocorrer desde cedo no ambiente familiar e não apenas no espaço institucional. O entendimento dela sobre esta temática é de que a EA deve ser iniciada desde a infância, de maneira informal em casa, com pequenas atitudes. Assim, promove-se a educação e também cria-se um sentimento de pertencimento e responsabilidade com o território e o meio ambiente. Esta ideia concorda com o que afirma Siqueira (2016), que o mais importante da educação ambiental é a sensibilização dos educandos com relação aos problemas ambientais e o trabalho da percepção do meio ambiente. Na escola, a EA é desenvolvida dentro da modalidade formal e os temas geralmente são: reciclagem, poluição e conservação da natureza.

6.1 DESENVOLVIMENTO

O conceito de desenvolvimento, compreendido como fundamental para assegurar uma vida social confortável e como resultado de um processo histórico (Saquet, 2015), foi abordado pelas professoras com diferentes nuances. A participante PLP 3, por exemplo, percebe o desenvolvimento com limitações significativas no âmbito social, destacando a existência de excluídos da sociedade, indivíduos sem oportunidades que vivem à margem do que denomina sociedade "civilizada" e em situação de pobreza.

Sua fala elucida essa preocupação:

A pobreza está ligada às questões ambientais, muitas vezes pela falta de acesso aos recursos naturais e ao conhecimento. Quando se é privado de moradia e saneamento, a relação com o meio ambiente é muitas vezes uma batalha pela sobrevivência. (PLP 3)

Segundo PLP 3, a falta de oportunidades para as populações gera uma batalha pela sobrevivência e, conseqüentemente, a poluição ambiental devido às ocupações irregulares que degradam o meio ambiente. Isso inviabiliza a sustentabilidade no território por carência de um desenvolvimento adequado que garanta a qualidade de vida dessas populações. Essa perspectiva alinha-se com a crítica ao desenvolvimento não inclusivo, frequentemente observado em países de economias em desenvolvimento.

Malafaia e Rodrigues (2009, p. 273) reforçam a importância da percepção humana nas relações com o ambiente, afirmando que "o estudo da percepção nas relações ser humano-ambiente pode favorecer um uso mais sustentável dos recursos ambientais". Desta forma, a pobreza precisa ser debatida para que haja um desenvolvimento adequado que promova a sustentabilidade do meio ambiente, em consonância com o relatório Brundtland (1987), que salienta que o desenvolvimento socioambiental é fundamental para garantir a saúde e o bem-estar das populações e, assim, a sustentabilidade da vida. A visão da professora PLP 3 sublinha que a questão ambiental não pode ser dissociada das condições socioeconômicas, apontando para a necessidade de políticas públicas integradas.

A entrevistada PLP 4, por sua vez, reflete sobre a necessidade de obras e empreendimentos para a sociedade, enquanto aborda a temática do desenvolvimento

sustentável. Ela afirma que, para uma sociedade desenvolvida, é crucial ter uma relação consciente com a natureza, reconhecendo que o desenvolvimento é necessário, mas deve ser devidamente planejado com alternativas que evitem danos irreparáveis ao meio ambiente.

É quando uma empresa vai ser instalada e precisa ser mudado muito o ambiente, a natureza, onde ela vai ser construída. Isso é uma grande desgraça para a natureza em si. Porém, se nós virmos pelo outro lado, nós precisamos que as empresas se instalem. O que precisaria ser feito, então? Precisaria que as pessoas tivessem essa consciência de destruir menos para poder instalar uma empresa, por exemplo. (PLP 4)

A PLP 4 expressa uma preocupação explícita com a instalação de novas empresas sem o devido planejamento, o que pode ocasionar severos danos à natureza. No entanto, ela ressalta a importância do desenvolvimento regional com novos empreendimentos, condicionando-o à realização de um estudo ambiental aprofundado que considere a biodiversidade local e vise a minimizar os impactos. Este pensamento dialoga diretamente com a perspectiva de Raffestin (2015), que explica que todo desenvolvimento é uma maneira de viver "com a terra, mas também contra ela", pois, segundo o autor, muitos empreendimentos destroem o ambiente de forma irremediável e definitiva a fim de extrair recursos que lhes interessam. A fala da PLP 4 demonstra uma percepção da tensão inerente entre o progresso econômico e a conservação ambiental, clamando por uma racionalidade no uso dos recursos.

Nas entrevistas, foi possível notar, na fala da participante PLP 2, seu entendimento sobre os movimentos do ser humano na natureza. Segundo ela, esses movimentos podem gerar um impacto, mas o impacto pode ser positivo se forem realizados com cuidado e responsabilidade. Sendo assim, o desenvolvimento socioambiental pode ser promovido por um estudo prévio do meio ambiente antes que um novo empreendimento seja realizado, resultando na harmonia do ser humano com o meio ambiente.

A partir da medida que o homem intervém na natureza, sempre haverá um impacto. Mesmo que eu tire uma pedra de lá, de um lugar da direita e coloquei para a esquerda, esse movimento dessa pedra vai impactar naquele espaço geográfico dos animais, dos seres que estão ali, mesmo os seres mais minúsculos, que são as bactérias, os germes. Então, eu penso que qualquer movimento do homem em relação à natureza sempre vai impactar de alguma forma. O que a gente espera é que esse impacto seja mais positivo, cuidadoso e responsável (PLP 2).

Para essa participante da pesquisa, o ser humano possui a capacidade de desenvolver a região onde vive ao fazer escolhas que minimizam o impacto ambiental, promovendo assim a harmonia com a natureza. Essa perspectiva está em diálogo com o princípio legislativo do Art. 225, § 1º, inc. IV da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Brasil, 1988), que assegura o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e seu uso comum, um aspecto essencial para uma sadia qualidade de vida, e impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

A fala de PLP 2 revela uma compreensão da relação entre o ser humano e a natureza de forma complexa, que envolve a exploração e a degradação do meio ambiente devido aos movimentos humanos, mas também demonstra a necessidade de haver uma conscientização da preservação da natureza aliada a novas formas mais responsáveis com o meio ambiente, a fim de que os impactos sejam positivos. Essa visão corrobora a argumentação de Nogueira (2023) sobre a existência de outras possibilidades de relação entre o ser humano e a natureza que possam promover a superação dos atuais padrões de produção e consumo.

Conforme Leis (1999), para que haja um desenvolvimento sustentável que acompanhe as necessidades da população local sem degradar o meio ambiente, é necessário conhecer bem os potenciais de desenvolvimento da região e da população. A adaptação do que se tem às necessidades (econômicas, socioambientais ou educacionais) constitui um trabalho árduo e um grande desafio. As percepções das professoras, especialmente a PLP 2 e PLP 4, convergem para a ideia de que o planejamento e a responsabilidade são elementos-chave para harmonizar o desenvolvimento com a preservação ambiental.

6.2 TERRITÓRIO

O território é concebido como o espaço físico no qual a sociedade se estabelece e se manifesta. Segundo Dallabrida (2020), ele pode ser "construído, destruído e/ou reconstruído no tempo histórico e nos lugares, por meio de relações sociais de alteridade e exterioridade e com o ambiente natural". As falas das professoras revelaram diferentes perspectivas sobre essa dinâmica territorial em Guaratuba.

A participante PLP 6 demonstrou uma compreensão que prioriza a valorização das produções locais como estratégia para o desenvolvimento e a sustentabilidade do território:

Incentivar esse comércio local, incentivar o uso dessa nossa matéria-prima aqui no nosso litoral, fazer com que a gente tenha uma perspectiva maior de alcance de produtos do nosso município, da nossa comunidade. Então, acho que isso é importante ainda para nós nesse cuidado aí com a nossa sustentabilidade. (PLP 6)

Percebe-se na fala da PLP 6 a consciência de que o incentivo à produção e ao consumo de produtos locais constitui uma forma de desenvolver o território e contribuir para a sustentabilidade ambiental. Essa visão dialoga com a ideia de que a sustentabilidade, conforme Mikhailova (2004), é a capacidade de um recurso se manter disponível ao longo do tempo, ou seja, de ser explorado sem esgotamento. O foco no local sugere uma abordagem de desenvolvimento que valoriza a autonomia e a resiliência do território.

A fala da participante PLP 3, por sua vez, apresenta uma reflexão sobre sua identificação pessoal com o litoral do Paraná e as relações sociais e de trabalho que estabelece no local:

Me identifico como moradora recente e não como nativa, porém já faço parte das relações sociais e econômicas que acontecem aqui, pois trabalho, gasto minha renda, recebo visitas que vêm turistar e também contribuem para a economia local. (PLP 3)

A identificação da PLP 3 com o território em que vive é notória. Ela afirma sentir-se parte do local de moradia devido às relações de trabalho, sociais e econômicas estabelecidas com a região, que a conectam ao ambiente. Essa perspectiva pode ser interpretada à luz das relações socioambientais descritas por De Toni et al. (2021), nas quais o território é compreendido como um conjunto de processos socioeconômicos, políticos e outros que estão interligados, gerando um aumento constante da capacidade do território em suprir as necessidades crescentes de seus cidadãos. Na fala da PLP 3, observa-se que suas necessidades são supridas pelo que a região tem a oferecer, pois o trabalho e uma boa moradia, que inclusive permite receber visitas que contribuem para o comércio local, estimulam tanto a qualidade de vida quanto o crescimento econômico, revelando um sentimento de pertencimento construído pela interação ativa com o espaço.

Por outro lado, uma preocupação com a sobrecarga do território é demonstrada pela participante PLP 1, devido às demandas populacionais geradas pelas migrações observadas na região:

Enquanto isso, nós entramos na parte do espaço geográfico. Uma cidade pequena, que não comporta tanta gente. E, cada vez chegando mais, o que acontece? Eles vão invadindo os mananciais, a parte do mangue e a própria floresta atlântica. Então, nós temos que ter uma política pública para ver o que está acontecendo. Não podemos deixar isso acontecer. (PLP 1)

Fica explícita a preocupação da PLP 1 com o território, evidenciando que há uma demanda populacional superior à capacidade de suporte da cidade, e sua crítica reside na invasão de áreas de preservação ambiental, como o mangue e a Floresta Atlântica. Essa invasão resulta em desmatamento e poluição, frequentemente devido à falta de estrutura urbana e social para acolher essas populações que buscam o litoral, muitas vezes atraídas por promessas de emprego em empresas locais (Tiepolo, 2015).

A PLP 1 argumenta que a migração de populações, quando ocorre de forma desordenada, gera impactos negativos no território, pois as pessoas se apropriam de locais de forma irregular e constroem suas casas com os recursos disponíveis, vivendo em condições precárias e sem saneamento básico. Isso leva não apenas a problemas de saúde para os moradores, mas também à degradação da natureza local. Os estudos de Vergara-Romero, Sorhegui-Ortega e Salvador Guerra (2021) corroboram essa perspectiva, mostrando que o desenvolvimento sustentável de um território não pode ser alcançado sem um sistema que priorize a sustentabilidade em todas as suas dimensões, apontando que falhas em uma área demandam mudanças contínuas para a melhoria do sistema como um todo.

A participante PLP 2 refere-se ao ambiente como o território em que habita, destacando a responsabilidade individual:

Temos o dever de cuidar do nosso ambiente. E que o meu ambiente não é só lá na Amazônia, não. Meu ambiente é onde eu estou. Na rua que eu moro, na casa que eu moro, na escola que eu estudo. Se eu ficar todo dia jogando papelzinho de lixo, nesse caminho, que cuidado eu terei do meu ambiente? Então, são exemplos bobos, simples, mas que ilustram essa atenção sobre como nós podemos, de forma simples, melhorar e cuidar do nosso ambiente. (PLP 2)

Segundo a professora, é fundamental cuidar do local de vivência, transcendendo a ideia de que a preservação territorial se restringe a grandes biomas como a Amazônia. Assim, a necessidade de pensar tanto no global quanto no local é enfatizada quando se trata de cuidar do território e do lugar de habitação, visando uma vida em harmonia com o meio ambiente. Ela alerta para a importância da ação individual, independentemente do local de moradia, pois acredita que os impactos, embora sentidos localmente, refletem-se no meio ambiente global. Essa ideia dialoga diretamente com o que propõe a "Agenda 21", adotada na "Cúpula da Terra" de 1992 (Lago, 2013), que estabeleceu planos de ação para a proteção planetária com estratégias globais, nacionais e, crucialmente, locais, em todas as áreas de impacto humano no meio ambiente. A preocupação da PLP 2 em manter todos os ambientes em que o ser humano transita ou se estabelece em harmonia com a sustentabilidade e a preservação do território revela a importância de um ambiente saudável para a qualidade de vida.

A PLP 4, por sua vez, aborda a ocupação do território e seus impactos impulsionados pelo crescimento populacional e pela necessidade de gerar mais alimentos para suprir as demandas:

A população cresce em números, ela precisa ser alimentada também, além do crescimento demográfico. Não tem como. O que nós precisaríamos é trabalhar essa consciência para destruir o menos possível. (PLP 4)

Para a participante, o crescimento demográfico leva a uma ocupação territorial desordenada, resultando na degradação do meio ambiente. Este crescimento populacional, evidenciado nas últimas décadas, é um fenômeno pós-guerra, mais acentuado em países subdesenvolvidos, onde o crescimento pode ser até três vezes maior do que em países industrializados, sejam capitalistas ou socialistas, conforme Costa (2023). Essa percepção dialoga com a necessidade de um planejamento territorial cuidadoso, já que, como afirma Dallabrida (2015), as sociedades devem promover o potencial produtivo regional para garantir oportunidades iguais, mas alertam que isso deve ser minuciosamente planejado para não pôr em risco os sistemas naturais que garantem a vida na Terra, como a atmosfera, os solos e os seres vivos.

A participante PLP 5 oferece uma compreensão crítica dos processos de ocupação do território, ao abordar a questão da pobreza como um fator que influencia a precariedade das condições de vida e os impactos ambientais associados:

A pobreza é um problema social que está diretamente ligado a todos os outros problemas da nossa sociedade. E a gente não pode deixar de lado dessa questão dos impactos deles no meio ambiente, tendo um banheiro adequado, tendo um esgoto. Essa questão tem algumas casas que nem água tem. Dessa consciência que se cria para pessoas que estudaram e que estão inseridas de forma positiva no mercado de trabalho, não é a mesma dessas pessoas que vivem à margem dessas localidades extremamente pobres e carentes que tudo falta. Eles com certeza fazem parte desses problemas ambientais da humanidade. (PLP 5)

A PLP 5 enfatiza que a pobreza é um problema social intrinsecamente ligado aos problemas ambientais, e não apenas uma questão de ocupação desordenada. Ela destaca a ausência de infraestrutura básica, como saneamento adequado e acesso à água, em áreas carentes, evidenciando como essas condições agravam a relação das populações com o meio ambiente. Sua fala revela uma compreensão de que a falta de acesso a condições dignas de moradia e a diferença na consciência ambiental, muitas vezes influenciada pelo nível educacional e pela inserção no mercado de trabalho, são fatores cruciais para os impactos ambientais.

Essa perspectiva está em consonância com o "Relatório Brundtland" (1987), que identifica a pobreza como uma das causas fundamentais da insustentabilidade do desenvolvimento e das crises ambientais. A professora, ao distinguir a "consciência que se cria para pessoas que estudaram" daquelas "que vivem à margem", sugere que processos educacionais podem contribuir para uma melhor ocupação do território e uma relação mais sustentável com o ambiente, ampliando a análise para além da simples ocupação.

O geógrafo Santos (2001) complementa essa discussão ao refletir sobre a proliferação de pessoas marginalizadas devido à falta de oportunidades de inserção no processo de globalização, fenômeno que se manifesta no território através de ocupações precárias. A dinâmica do território, como concebida por Deleuze (1987) como uma construção formada pelos processos de desterritorialização e reterritorialização, sugere que o território é algo dinâmico e não estável.

A PLP 5 corrobora essa visão ao afirmar que é possível notar as devastações ocorridas em Guaratuba devido às ocupações das últimas décadas. A chegada de mais pessoas ao litoral em busca de qualidade de vida e emprego, que

frequentemente se deparam com a falta de oportunidades e moradia após a temporada, leva muitas vezes à impossibilidade de retornarem ao seu local de origem, ou a outros fatores que não estão bem determinados (Tiepolo, 2015), intensificando a vulnerabilidade socioambiental.

6.3 SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade é compreendida como um conjunto de práticas ecologicamente corretas, economicamente viáveis e socialmente justas. Este termo ganhou proeminência a partir da Conferência de Estocolmo, em 1972, e foi amplamente difundido pelo Relatório Brundtland (1987), que advertiu sobre a necessidade de um compromisso global com o consumo consciente e a preservação dos recursos naturais para garantir a qualidade de vida na Terra.

Nas entrevistas, a fala da participante PLP 2 destaca-se pela sua compreensão abrangente de sustentabilidade:

A sociedade e a natureza são duas coisas que estão praticamente interligadas. Porque uma está associada à ação humana, que acaba transformando o meio natural. A natureza se transforma a partir da medida que o ser humano se estabelece naquele local e modifica essa natureza. Então é necessário que haja uma interação dessa sustentabilidade para que a natureza se conserve e, ao mesmo tempo, atenda a necessidade dessa construção, dessa modificação da natureza que a sociedade e o homem necessitam. (PLP 2)

A compreensão da professora PLP 2 sobre sustentabilidade dialoga diretamente com o referencial teórico apresentado neste trabalho. Ela entende que para que haja uma sociedade em harmonia com a natureza, o desenvolvimento deve ser sustentável, ou seja, precisa atender às necessidades humanas para uma vida confortável, mas com a devida consideração pela conservação ambiental para as futuras gerações. Sua fala evidencia que as modificações realizadas pelo ser humano na natureza devem ser cuidadosamente planejadas para garantir a manutenção do equilíbrio ecológico. Percebe-se, portanto, que a PLP 2 reforça a necessidade de que a sustentabilidade nas relações entre ser humano e natureza seja uma prática bem estudada e intencional, visando à preservação ambiental em longo prazo.

As relações do ser humano com o meio ambiente e a sustentabilidade do planeta constituem uma questão emergente na sociedade contemporânea. A PLP 2 complementa seu ponto de vista, apontando deficiências na prática local:

Mas eu observo que há deficiências na questão da sustentabilidade. Quando a gente caminha pela praia, vem muita sujeira, lixo que as pessoas deixam e também o “restingue”. Eu acho que o cuidado com o restingue é, como posso dizer, deixa a desejar. Fora essa questão, eu observo que os cidadãos e as cidadãs deixam esse descuido mesmo com a natureza, que a sustentabilidade refere-se ao meio ambiente, à natureza. Então eu observo que, infelizmente, isso é comum aqui na cidade de Guaratuba. (PLP 2)

A partir desta fala, observa-se que a sustentabilidade, segundo a entrevistada, está comprometida pela falta de consciência e de cuidado com o meio ambiente por parte da população de Guaratuba. Essa percepção sugere que a ausência de práticas sustentáveis pode levar a um agravamento dos problemas ambientais já vivenciados. Essa constatação resgata a ideia defendida por Klabin (2010), que salienta a crença de parte da população brasileira na inesgotabilidade dos recursos naturais, o que resulta na ignorância da importância da agenda ambiental, apesar dos debates crescentes. Para Dias (2014, p. 27), a sustentabilidade envolve a relação dos seres humanos com seu meio ambiente, o que demanda a preservação dos sistemas naturais e uma transformação no comportamento humano que se refletirá nos aspectos da vida social, política e econômica. A observação da PLP 2 sublinha a desconexão entre o conhecimento teórico sobre sustentabilidade e a prática cotidiana em sua comunidade.

Para a PLP 3, a sustentabilidade pode ser compreendida sob uma perspectiva mais educacional e crítica:

A sustentabilidade é uma questão multidisciplinar. A língua portuguesa, no contexto escolar, forma leitores críticos e responsáveis que têm o comprometimento de perpetuar ensinamentos relacionados ao meio ambiente e às gerações futuras. (PLP 3)

Nesta fala, evidencia-se a consciência da professora sobre a necessidade de formar um cidadão crítico e comprometido com a preservação ambiental e com a responsabilidade pelas futuras gerações. Ao considerar a sustentabilidade como uma questão multidisciplinar e associá-la à formação de leitores críticos na disciplina de

Língua Portuguesa, a PLP 3 amplia o escopo da Educação Ambiental, situando-a como um pilar essencial na construção de uma sociedade mais consciente. Essa visão conecta-se com a urgência de reduzir o desperdício, como apontam Irving e Oliveira (2012, p. 25), que enfatizam que a retirada desenfreada de recursos naturais gera impactos ambientais significativos e, muitas vezes, irreversíveis.

Relacionada à ideia de Irving e Oliveira (2012), a compreensão de sustentabilidade pela participante PLP 5 é percebida como uma necessidade de otimizar a utilização dos recursos disponíveis na sociedade. Ela ressalta que materiais que seriam descartados podem e devem ser reciclados para evitar o acúmulo de lixo no planeta, bem como para diminuir a retirada de matéria-prima da natureza.

Percebo que é de forma insuficiente, já que poderia gerar mais recursos que são descartados pelo grande número de quiosques e do lixo dos litorâneos. Isso poderia ser melhor compreendido e melhor capacitado para as gerações atuais e futuras. (PLP 5)

A participante PLP 5 descreveu a sustentabilidade em Guaratuba como insuficiente, especialmente devido ao desperdício de materiais que são descartados incorretamente, apesar de possuírem potencial para reciclagem. Para que essa mudança ocorra, a professora ressaltou a necessidade de uma coleta seletiva mais eficaz e de incentivo, tanto público quanto privado. Para essa docente, a reutilização de materiais ajudaria a população a explorar recursos já disponíveis, evitando o desperdício e possibilitando atitudes alternativas cruciais para a sustentabilidade do planeta, que devem ser consideradas pelas gerações atuais e futuras. Sua fala denota uma preocupação prática com a gestão de resíduos sólidos e a conscientização comunitária.

De forma semelhante, a participante PLP 6 também conectou a sustentabilidade do planeta à utilização consciente dos recursos disponíveis, enfatizando a importância de evitar a extração desnecessária de matérias-primas da Terra.

É percebido que ainda tem muito esse cuidar do ambiente. Então, a gente sabe que esse meio ambiente é o sustento de muitas pessoas, dos habitantes. E a gente tem que pensar nesse uso discriminado. Então, pensar nesse uso discriminado é a gente pensar que a gente precisa ter esse uso, desses recursos com responsabilidade, a fim de tentar sanar alguns problemas, como a crise climática, como a perda da biodiversidade mesmo do nosso município, e fazer com que eles tenham uma conscientização sobre esses cuidados com esse meio ambiente. (PLP 6)

A professora PLP 6 sugere que a reutilização de materiais é uma forma de mitigar problemas como a crise climática e a perda de biodiversidade. Essa perspectiva alinha-se, em parte, à terceira vertente dos indicadores de sustentabilidade propostos por Braga e Freitas (2002), que buscam a interação entre indicadores do ecossistema natural, do sistema econômico e da qualidade de vida humana, além das vertentes biocêntrica e econômica. Para a entrevistada, o meio ambiente precisa de cuidado porque é dele que muitos moradores de Guaratuba retiram seu sustento. Além disso, o uso responsável dos recursos naturais ajuda a sanar problemáticas ambientais contemporâneas, como o aumento da temperatura da Terra, a perda de biodiversidade e as mudanças climáticas que afetam todo o planeta. A PLP 6 enfatiza a dimensão socioeconômica da sustentabilidade, ligando a conservação ambiental diretamente à subsistência da comunidade local.

6.4 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

O Desenvolvimento Territorial Sustentável é um conceito central que integra a dinâmica do território com a necessidade de sustentabilidade. Segundo Dallabrida (2015), o desenvolvimento territorial é um processo contínuo de mudança que se localiza em um território em determinado tempo, integrando dinâmicas e potencializando recursos existentes no local com vistas à melhoria da qualidade de vida da população. Complementarmente, o desenvolvimento sustentável é um modelo economicamente viável que alia o crescimento financeiro à proteção do meio ambiente, com condições de trabalho adequadas, assegurando saúde e renda aos trabalhadores (Brundtland, 1987). A convergência desses conceitos emerge nas falas das professoras.

A participante PLP 3 apresenta uma reflexão perspicaz sobre os movimentos do ser humano e sua relação com a natureza:

"Não existe sociedade sem relação com a natureza e quanto mais consciente for essa relação de cuidado, mais desenvolvida se tornará essa sociedade."
(PLP 3)

Segundo a PLP 3, os movimentos humanos na natureza são essenciais para a sobrevivência humana, pois, em suas palavras, "não existe sociedade sem relação com a natureza". Esta afirmação revela uma visão holística da interdependência entre

ser humano e natureza, buscando uma harmonia entre ambos. A PLP 3 complementa que essa relação precisa ser consciente e cuidadosa com a natureza para que a sociedade se torne mais desenvolvida. Em outras palavras, essa ideia está intrinsecamente relacionada com o conceito de Desenvolvimento Territorial Sustentável. Conforme Dallabrida (2015), o desenvolvimento territorial é um processo de mudança contínua, sustentado na potencialização de recursos (materiais ou imateriais) existentes no local, visando à melhoria da qualidade de vida da população. A menção da entrevistada PLP 3 sobre a importância do cuidado com a natureza indica um caminho para uma sociedade em harmonia com o ambiente, que consome os recursos naturais com responsabilidade em relação às futuras gerações.

Essa fala, portanto, pode ser diretamente relacionada com a ideia de que o desenvolvimento é necessário para uma sociedade sustentável. Segundo Saquet (2015, p. 25), o desenvolvimento é "resultado de um processo histórico e relacional, de múltiplas determinações econômicas, políticas, culturais e naturais". Sendo assim, para que haja o desenvolvimento, é fundamental que haja equilíbrio nos âmbitos político, econômico, social e ambiental, possibilitando uma relação equilibrada entre as ações humanas e a natureza, mediada pela sensibilização ambiental.

A entrevistada PLP 5 comenta sobre a necessidade de desenvolvimento da sociedade, mas adverte que, para evitar mais impactos ambientais, é imprescindível que sejam tomadas providências para que o desenvolvimento territorial seja sustentável. Ela enfatiza a importância da harmonia com o meio ambiente a fim de proteger o planeta para que as futuras gerações vivam com conforto e qualidade de vida.

"O homem [...], ele já deveria colocar em prática alternativas que visassem a reparar esses impactos. Para que nós possamos viver em boa harmonia com o desenvolvimento, com o meio ambiente para os dias de hoje e para as futuras gerações vindouras." (PLP 5)

Na fala da participante PLP 5, percebe-se uma preocupação ativa em resolver os problemas ambientais gerados pelas gerações anteriores. Evidencia-se também a consciência de que os impactos ambientais locais podem afetar o planeta por muitas gerações. Portanto, a sugestão é que o desenvolvimento seja promovido em harmonia com o meio ambiente, buscando soluções para os problemas que estão afetando o planeta, com um olhar proativo e reparador.

A consciência da PLP 5 de que os impactos ambientais em um lugar podem comprometer a conservação do planeta por várias gerações dialoga com a ideia de Nogueira (2023), segundo a qual os problemas que a humanidade possui se manifestam em um âmbito global e seu reconhecimento deve fazer parte das práticas locais de Educação Ambiental. Os problemas ambientais afetam o ambiente das sociedades humanas; portanto, ações que visem reparar os impactos ambientais já existentes devem ser colocadas em prática pelo ser humano, reforçando a interconexão entre as escalas local e global.

Para a participante PLP 5, uma harmonia do ser humano com o meio ambiente é necessária para que haja o Desenvolvimento Territorial Sustentável, a qualidade de vida das populações e a preservação do meio ambiente. Essa perspectiva pode ser contextualizada com o que é afirmado por Cavalcante (2020), de que a percepção ambiental possibilita uma reflexão do indivíduo sobre seus hábitos e como eles impactam o meio ambiente. Assim, o entendimento do papel do ser humano no contexto ambiental pode ajudar na redução e prevenção de problemas na relação entre o ser humano e o meio ambiente, sublinhando a importância da conscientização individual para a construção de um futuro territorialmente sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação de mestrado investigou a compreensão da Educação Ambiental (EA) e do Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) por parte de professores de Língua Portuguesa em Guaratuba, litoral do Paraná. O estudo estruturou-se definindo EA e DTS como categorias gerais e organizando os dados em quatro unidades de análise, extraídas das entrevistas com os docentes: as relações entre ser humano, natureza e EA; desenvolvimento; território; e sustentabilidade. Uma análise aprofundada concentrou-se nas inter-relações entre desenvolvimento, território e sustentabilidade, dada a relevância do DTS para o programa de mestrado.

Os resultados revelaram que os professores consideram fundamental sensibilizar os alunos para as questões ambientais. Para atingir esse objetivo, eles promovem diversas atividades pedagógicas, que variam desde visitas a áreas de preservação ambiental até a exploração de diferentes gêneros textuais em sala de aula, sempre abordando a temática da preservação. Essas abordagens visam fomentar a formação de um cidadão consciente das relações entre o ser humano e a

natureza e de um pensador crítico em relação aos padrões de consumo da sociedade contemporânea.

A análise evidenciou uma visão holística da relação ser humano-natureza entre os participantes. Ficou claro, em seus discursos, a importância de uma relação consciente e cuidadosa com a natureza para o desenvolvimento contínuo da sociedade. Conseguiu-se, assim, compreender como os professores de Língua Portuguesa percebem a EA e verificar que, por meio de seus relatos, a disciplina tem impulsionado uma reflexão sobre os problemas ambientais atuais, especialmente aqueles relacionados à sua localidade. A promoção do conhecimento ambiental ocorre mediante a utilização de textos e atividades trazidas para a sala de aula, que frequentemente abordam temas como descarte correto de lixo, reciclagem e aquecimento global.

O método de coleta de dados empregado permitiu uma exploração abrangente dos conhecimentos dos entrevistados sobre diversas questões ambientais emergentes e suas reflexões sobre a relação ser humano-natureza. A análise das entrevistas também possibilitou conclusões significativas sobre a compreensão dos professores acerca do Desenvolvimento Territorial Sustentável, um tema central para este trabalho. A ideia principal presente no discurso dos participantes é o reconhecimento da importância da relação responsável do ser humano com os recursos naturais, com um olhar voltado para as futuras gerações.

Os objetivos específicos de analisar a compreensão dos professores de Língua Portuguesa sobre o desenvolvimento, o território e a sustentabilidade no litoral do Paraná foram plenamente alcançados. Como resultado, constatou-se o conhecimento dos professores de Guaratuba sobre temas relacionados à Educação Ambiental. No entanto, observou-se que esse conhecimento, embora relevante, carece de um aprofundamento crítico das inter-relações complexas entre desenvolvimento, território e sustentabilidade. Isso sugere que, embora a EA seja presente, a articulação sistêmica dos conceitos ainda pode ser mais robusta.

Esta pesquisa representa a primeira abordagem sobre essa temática específica na região de Guaratuba. As entrevistas realizadas constituem um valioso banco de dados, essencial para o alcance dos objetivos deste trabalho sobre a temática ambiental, e podem servir de base para que outros pesquisadores da comunidade acadêmica conduzam futuras investigações. A relevância desta pesquisa reside nos dados obtidos, que permitiram verificar os principais conceitos de EA e DTS sob o

ponto de vista dos professores. A partir desses dados, é possível realizar pesquisas complementares para compreender como os encaminhamentos metodológicos em sala de aula são de fato realizados, visando sensibilizar os alunos para as questões ambientais e para a cidadania. Uma pesquisa que analise os materiais didáticos disponibilizados pela SEED/PR e verifique os encaminhamentos metodológicos e o tratamento da temática ambiental nesses planos de aula também seria de grande valia.

Finalmente, reafirma-se que a implementação de práticas de Educação Ambiental é assegurada pela legislação brasileira em diversas modalidades de ensino, com o propósito de formar cidadãos com senso de responsabilidade ambiental, capazes de manifestar novas práticas sociais. Isso é crucial diante da crise ambiental contemporânea, que exige o desenvolvimento de novos modos de vida para a preservação do planeta. Dessa forma, a Educação Ambiental, como tema transdisciplinar no ensino de Língua Portuguesa e presente nos diversos gêneros textuais, contribui significativamente para a construção do conhecimento dos alunos sobre o meio ambiente e a relação do ser humano com a natureza, possibilitando a reflexão e a criação de um ambiente adequado à vida, que supra as necessidades da geração atual e preserve o meio ambiente para as futuras.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria do Rosário do Nascimento RIBEIRO. **Educação Ambiental nas Aulas de Língua**. 2015. 132 f. Dissertação (Mestrado em Didática da Língua e da Literatura) – Universidade da Coruña, A Coruña, 2015. Disponível em: https://ruc.udc.es/dspace/bitstream/handle/2183/22260/AS_20_2015_art_65.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 24 abr. 2024.

AMARAL, A. C. Z.; JABLONSKI, S. Conservação da biodiversidade marinha e costeira no Brasil. **Conservação Biológica**, v. 19, p. 625-631, 2005.

ANDRIGUETTO, J. M.; MARCHIORO, N. P. X. Diagnóstico e problemática para a pesquisa. In: REYNAUT, C. et al. (Org.). **Desenvolvimento & meio ambiente: Em busca da interdisciplinaridade**. Pesquisas urbanas e rurais. Curitiba: Ed. UFPR, 2002. p. 159-194.

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ESTADUAL DE GUARATUBA. In: **Wikiparques**. [S. l.]: Wikiparques, [20--?]. Disponível em: https://www.wikiparques.org/wiki/%C3%81rea_de_Prote%C3%A7%C3%A3o_Ambiental_Estadual_de_Guaratuba. Acesso em: 24 mar. 2024.

ARTAXO, Paulo. Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno? **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 103, p. 13–24, 2014. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i103p13-24. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/99279>. Acesso em: 21 maio 2024.

AVANZI, M. R. Ecopedagogia. In: LAYRARGUES, P. P. (Org.). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

BACKHEUSER, E. **A faixa litorânea do Brasil Meridional, ontem e hoje**. Rio de Janeiro, 1918.

BARBOSA, L. C. A.; MARQUES, C. A. Sustentabilidade ambiental e postulados termodinâmicos à luz da obra de Nicholas Georgescu-Roegen. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 19, n. 2, p. 1124-1132, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BELTRAME, T. et al. Efluentes, resíduos sólidos e Educação Ambiental: Uma discussão sobre o tema. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 20, n. 1, p. 283-294, 2016.

BIGARELLA, J. J. Contribuição ao Estudo da Planície Litorânea do Estado do Paraná. **Arquivos de Biologia e Tecnologia**, v. 1, p. 75-111, 1946.

BIGARELLA, J. J. **Matinho: homem e terra, reminiscências**. 3. ed. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2009.

BRAGA, T. M.; FREITAS, A. P. G. Índice de Sustentabilidade Local: uma avaliação da sustentabilidade dos municípios do entorno do Parque Estadual do Rio Doce (MG). **WORLD (Oakland, Calif.)**, 13, 1-16, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 4 abr. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Contas de Ecossistemas: espécies ameaçadas de extinção no Brasil - 2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97955.htm. Acesso em: 4 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Secretários de Educação; União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC): educação é a base**. Brasília, DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. Acesso em: 23 mar. 2024.

BROCHIER, Laércio Loiola. **Levantamento de recursos arqueológicos para o Plano de Manejo e Zoneamento Ecológico e Econômico da APA Guaratuba**. Relatório técnico. Curitiba, 2002. 90 p.

BRUMMER, S. Histórico dos movimentos internacionais de proteção ao meio ambiente. **Revista Jus Navegandi**, Teresina, ano 15, n. 2738, 30 dez. 2010. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/18162/historico-dos-movimentos-internacionais-de-protecao-ao-meio-ambiente>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRUNDTLAND, G. H. et al. **Our common future**: report of the World Commission on Environment and Development. Oxford: Oxford University Press, 1987. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>. Acesso em: 17 out. 2025.

CARVALHO, H. **Artesanato de caixeta em São Sebastião**. 2001. 62 f. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais) – Universidade de São Paulo/Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – USP/ESALQ, Piracicaba, 2001.

CAVALCANTI, C. Pensamento socioambiental e a economia ecológica: nova perspectiva para pensar a sociedade. **Desenvolvimento Meio Ambiente**, v. 35, p. 169-178, 2015.

CAVALCANTE. Percepção ambiental de feirantes que realizam atividades econômicas com a produção de óleo residual de cozinha. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 10, p. 83202-83224, out. 2020.

CAVALCANTE, J. R. et al. Percepção ambiental de feirantes que realizam atividades econômicas com a produção de óleo residual de cozinha. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 10, p. 83202-83224, out. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n10-669>. Acesso em: 17 out. 2024.

COLCHESTER, M. Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 225-256.

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA - CNPq. **Ciência e tecnologia para a Mata Atlântica: um programa de cooperação Brasil-Alemanha**. Brasília: Ed. CNPq, 2001.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). **Resolução nº 510/2016 – Dispõe sobre a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016.

Consulta Escolas Município de Guaratuba. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Consulta Escolas Paraná**. [S. l.]: Secretaria de Estado da Educação, [20-?-?]. Disponível em: <http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas-java/pages/templates/initial2.jsf?windowId=cc1>. Acesso em: 26 jun. 2024.

COSTA, R. V. da. CRESCIMENTO POPULACIONAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 2, n. 4, p. 43–60, 2023. DOI: <https://doi.org/10.61673/ren.1970.1764>.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. **Análise Social**, v. L(2º), n. 215, p. 304-328, 2015. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_215_a04.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

DALLABRIDA, V. R. Território e Governança Territorial, Patrimônio e Desenvolvimento Territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. **G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 2, p. 63-78, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5395>. Acesso em: 10 jun. 2023.

DEFEO, O. et al. Ameaças aos ecossistemas de praias arenosas: uma revisão. **Estuarine, Coastal and Shelf Science**, v. 81, n. 1, p. 1-12, 2009.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Aurélio Guerra Neto. São Paulo: Ed. 34, 1997. v. 4.

DE TONI, A. et al. Aligning Inner Peripheries with rural development in Italy: Territorial evidence to support policy contextualization. **Land Use Policy**, v. 100, p. 104899, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2020.104899>.

DIAS, Reinaldo. **Eco-inovação: caminho para o crescimento sustentável**. São Paulo: Atlas, 2014.

DIEGUES, A. C. S. Os pescadores artesanais e a questão ambiental. **Propostas Alternativas**, v. 53, p. 31-35, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. [S. l.]: Ministério da Educação, [20--?]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf. Acesso em: 15 abr. 2024.

EVANS, P. O Estado como problema e solução. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 28-29, p. 107-157, abr. 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/kyMbGKjKLTpzmMjCpL8Vmv/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

FERREIRA DE MORAES, J.; NOGUEIRA, C. Concepções acerca de educação ambiental de professores de uma escola com práticas inovadoras. **REME: Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S. l.], v. 41, n. 1, p. 258–278, 2024. DOI: 10.14295/remea.v41i1.14573. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/14573>. Acesso em: 17 mar. 2025.

FLICK, U. **Uma introdução a pesquisa qualitativa**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2004.

FRANCO, Maria Laura Puglisi BARBOSA. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Líber Livro, 2008.

FREIRE, P. **Política e Educação**. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Unesp, 2000.

FURTADO, J. M.; CABRERA, D. S.; NEVES, D. B.; MINASI, L. F. A perspectiva interacionista do ensino de língua portuguesa: contribuições à Educação Ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 13, n. 4, p. 369–378, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.34024/revbea.2018.v13.2601>. Acesso em: 4 abr. 2023.

GASPAR, M. D. Análise das Datações Radiocarbônicas dos Sítios de Pescadores, Coletores e Caçadores. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Ciências da Terra**, v. 8, p. 81-91, 1996.

GEORGESCU-ROEGEN, N. **O decrescimento: entropia, ecologia, economia**. São Paulo: Senac São Paulo, 2012.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 1993.

INSTITUTO ÁGUA E TERRA. Paraná é o que tem maior remanescente em Mata Atlântica. **IAT Notícias**, [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Noticia/Parana-e-o-Estado-que-tem-maior-remanescente-da-Mata-Atlantica>. Acesso em: 21 maio 2024.

IRVING, Marta de Azevedo; OLIVEIRA, Elizabeth. **Sustentabilidade e transformação social**. Rio de Janeiro: Senac, 2012.

IBGE. **Guaratuba**. In: Cidades e Estados. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/guaratuba.html>. Acesso em: 4 nov. 2023.

IPHAN. **Guaratuba**. In: Notícias. [S. l.], [20--?]. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/iphan-realiza-reunioes-com-as-comunidades-no-litoral-do-parana>. Acesso em: 4 nov. 2023.

IPCC (PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS). **Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability**. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge, UK; New York, NY, USA: Cambridge University Press, 2022.

IPCC (PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS). **Climate Change 2023: Synthesis Report**. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Geneva, Switzerland: Intergovernmental Panel on Climate Change, 2023.

KLABIN, Israel. Desenvolvimento sustentável: um conceito vital e contraditório. In: ZYLBERSZTAJM, David; LINS, Clarissa (Org.). **Sustentabilidade e geração de valor: a transição para o século XXI**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

KLEIN, Y. L.; OSLEEB, J. P.; VIOLA, M. R. Lucros gerados pelo turismo na zona costeira: uma análise regional. **Journal of Coastal Research**, v. 20, n. 4, p. 1080-1088, 2004.

LAGO, A. A. C. **Conferências de desenvolvimento sustentável**. Brasília: FUNAG, 2013. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1047-conferencias-de-desenvolvimento-sustentavel.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LEIS, H. R. **A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1999.

LIMA, E. M. **Educação ambiental no ensino de Língua Portuguesa: abordagem da temática ambiental em livros didáticos de português dos anos finais do ensino fundamental**. 2018. Monografia (Especialização em Ensino de Língua Portuguesa) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/33454>. Acesso em: 25 abr. 2024.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de (Org.). **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LOUREIRO, C. F. BERNARDO. **Educação Ambiental: questões de vida**. Rio de Janeiro: Cortez, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/334139619_Educacao_Ambiental_questoes_de_vida. Acesso em: 6 nov. 2023.

LOUREIRO, C. F. B.; TORRES, J. R. **Educação Ambiental: dialogando com Paulo Freire**. Rio de Janeiro: Cortez, 2016.

MAACK, R. Geologia e Geografia da região de Vila Velha, Estado do Paraná e considerações sobre a glaciação carbonífera no Brasil. **Arquivos do Museu Paranaense**, Curitiba, p. 246, 1946.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982. p. 6.

MALAFIA, G.; RODRIGUES, A. S. de L. Percepção ambiental de jovens e adultos de uma escola municipal de ensino fundamental. **Revista Brasileira de Biociências**, Porto Alegre, v. 7, n. 3, p. 266-274, jul./set. 2009.

MAPBIOMAS. **Relatório Anual do Desmatamento no Brasil (RAD) 2024**. [S. l.]: MapBiomas, 2025. Disponível em: <https://alerta.mapbiomas.org/relatorio/>. Acesso em: 22 jan. 2025.

MARCATTO, Celso. **Educação Ambiental: Conceitos e Princípios**. Belo Horizonte: FEAM, 2022. Disponível em: https://jbb.ibict.br/bitstream/1/494/1/Educacao_Ambiental_Conceitos_Principios.pdf. Acesso em: 6 nov. 2023.

MARX, K. Ökonomisch-philosophische Manuskripte aus dem Jahre 1844. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Werke, Band 40 (Ergänzungsband 1)**. Berlin: Dietz Verlag Berlin, 1968. p. 465-568. (Original publicado em 1932).

MCLACHLAN, A.; BROWN, A. **Praias arenosas como ecossistemas**. Amsterdã: Elsevier Science Publishers, 2006. 373 p.

MENDES, W. G. dos S.; NEVES, C. de L. ENSINO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 10, p. 295–302, 2022. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v8i10.7164>.

MIKHAILOVA, I. Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas de mensuração pública. **Economia e Desenvolvimento**, n. 16, 2004.

MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009. p. 9-29.

MONKEN, M. et al. O território na saúde: construindo referências para análises em saúde e ambiente. In: CARVALHO, A. et al. (Org.). **Território, ambiente e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. Disponível em: http://www.saudecoletiva2009.com.br/cursos/c11_3.pdf. Acesso em: 12 jun. 2011.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise Textual Discursiva**. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2013.

NOGUEIRA, Christiano. Contribuições para a Educação Ambiental Crítica. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 18, n. 3, p. 156-171, 2023.

NOSSO FUTURO COMUM (*Relatório Brundtland*). **Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2023.

PARANÁ. Lei Complementar nº 108, de 16 de maio de 2005. Dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos órgãos da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, conforme especifica. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, PR, 16 maio 2005. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/>. Acesso em: 14 jun. 2025.

PARANÁ. Lei Complementar nº 103, de 15 de março de 2004. Institui e dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná e adota outras providências. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, PR, 15 mar. 2004. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/>. Acesso em: 14 jun. 2025.

PARANÁ. Decreto nº 4213, de 3 de fevereiro de 2009. Regulamenta o Regime de Trabalho dos Professores do Quadro Próprio do Magistério - QPM, a que se refere o Art. 29 da Lei Complementar nº 103, de 15 de março de 2004. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, PR, 3 fev. 2009. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/>. Acesso em: 14 jun. 2025.

PARANÁ. Secretaria da Educação. **Consulta Escolas**. Curitiba, PR: Secretaria da Educação, [20--?]. Disponível em: <https://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas/pages/templates/initial2.xhtml?windowId=595&codigoMunicipio=970&codigoEstab=590>. Acesso em: 28 out. 2024.

PNUMA (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE). **Relatório sobre a Lacuna de Emissões 2024**. Nairóbi: PNUMA, 2024.

PIERRI, N.; ANGULO, R. J.; SOUZA, M. C.; KIM, M. K. A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 13, p. 137-167, 2006.

RAFFESTIN, C. Prefácio. In: SAQUET, M. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**. Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 9-15.

RAMIRES, J. C. L.; PESSÔA, V. L. S. Pesquisas qualitativas: referências para pesquisa em geografia. In: MARAFON, G. J.; RAMIRES, J. C. L.; RIBEIRO, M. A.; PESSÔA, V. L. S. (Org.). **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013. p. 22-35.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

Santos, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. EDUSP, São Paulo, 2002.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

SAQUET, M. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**. Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2ª. edição revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2015.

SBAZÓ JÚNIOR, A M. **Educação Ambiental e gestão de resíduos sólidos**. 3 ed. São Paulo: Ridel, 2010.

SCHLACHER, T. A.; DUGAN, J. E.; SCHOEMAN, D. S.; LASTRA, M.; JONES, A.; SCAPINI, F.; SILVA, A.; DEFEO, O. Praias de areia à beira do abismo. **Diversidade e Distribuições**, v. 13, n. 5, p. 556-560, 2007.

SILVEIRA, C. T. da; FIORI, A. P.; FIORI-OKA, C. Estudo das unidades ecodinâmicas de instabilidade potencial na APA de Guaratuba: subsídios para o planejamento ambiental. **Boletim Paranaense de Geociências**, v. 57, p. 9-23, 2005.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. Pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 32.

SIQUEIRA, F. M. B.; AMORIM, F. D. A. S.; SOUZA, F. S. C.; SILVA, A. C. V.; MARTINS, M. E. P. Horta Escolar como ferramenta de Educação Ambiental em uma Escola Estadual no município de Várzea Grande –MT. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL, 8., 2016, Campina Grande. **Anais**. Campina Grande: [EDITORA/ORGANIZADORA DOS ANAIS], 2016. v. II, n. 062. Disponível em: <https://www.ibeas.org.br/congresso/congresso7.htm>. Acesso em: 8 jan. 2024.

SONDA, C. **Comunidades rurais tradicionais da área de proteção Ambiental de Guaratuba: Caracterização socioeconômica e utilização dos recursos vegetais silvestres**. 2002. 192 f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

TIEPOLO, L. M. A inquietude da Mata Atlântica: reflexões sobre a política do abandono em uma terra cobiçada. **Guaju**, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 101, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/45057/27435>. Acesso em: 23 out. 2022.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, SP: Atlas, 1987.

TUZZIN, M. C. I.; HEMPE, C. APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 5, p. 773-782, 2012.

VERGARA-ROMERO, A. et al. Capital humano: Actor central para la sostenibilidad organizacional. **Revista Venezolana de Gerencia (RVG)**, v. 26, n. 93, p. 297-307, 2021. <https://doi.org/10.37960/rvg.v26i93.34984>.

WWF (WORLD WIDE FUND FOR NATURE). **Relatório Planeta Vivo 2022: Construindo um futuro positivo para a natureza**. Gland, Suíça: WWF Internacional, 2022.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Pergunta 1: "Como você se identifica com a região litorânea?"

Justificativa: Esta pergunta buscou entender a identificação do professor com o local em que vive. O objetivo era compreender as relações que ali se estabelecem e a forma como o professor articula as escalas global, regional e local em sua percepção.

Pergunta 2: "Como percebem a questão da sustentabilidade no litoral do Paraná?"

Justificativa: Esta pergunta buscou compreender como os professores de Língua Portuguesa compreendiam a sustentabilidade no litoral do Paraná, partindo do princípio de que este conceito visa garantir o suprimento das necessidades atuais da sociedade sem comprometer as gerações futuras.

Pergunta 3: "Como entendem as relações entre a sociedade e a natureza?"

Justificativa: Esta questão buscou compreender como os professores de Língua Portuguesa entendiam as relações entre a sociedade e a natureza, visto que é a partir dessa relação que se produzem as transformações no espaço geográfico.

Pergunta 4: "O que entende por interdisciplinaridade?"

Justificativa: Esta pergunta foi importante para compreender o entendimento do professor sobre a interdisciplinaridade, ou seja, o trabalho em conjunto com outras disciplinas. A questão buscou entender se o professor considerava a interdisciplinaridade como uma forma de despertar no aluno o desejo de aprender continuamente e de enriquecer sua visão de mundo, permitindo que um mesmo tema fosse observado a partir de diferentes pontos de vista.

Pergunta 5: "O que entende por impacto ambiental?"

Justificativa: Esta pergunta foi importante para verificar se o professor associava o conceito de impacto ambiental ao desenvolvimento sustentável, ou seja, à capacidade de aliar a implantação de obras e o desenvolvimento econômico à preservação ambiental.

Pergunta 6: "Você desenvolveu algum tipo de atividade considerando as questões ambientais?"

Justificativa: Esta pergunta foi relevante para observar a contribuição do professor para a qualidade de vida dos alunos, por meio de ações de conscientização e preservação. O objetivo era verificar se o professor estimulava nos alunos a compreensão da importância da utilização correta dos recursos naturais e do comportamento adequado em sociedade.

Pergunta 7: "Você acredita que seria possível a existência da sociedade sem haver impactos ambientais?"

Justificativa: Com esta pergunta, a pesquisa pretendeu entender a perspectiva do professor sobre as relações entre sociedade e natureza, e se ele compreendia a necessidade do uso consciente dos recursos naturais.

Pergunta 8: "Você conhece áreas de preservação ambiental em nossa região? Quais?"

Justificativa: Esta pergunta buscou, de forma direta, compreender se os participantes conheciam as áreas de preservação existentes em Guaratuba.

Pergunta 9: "Qual é a importância das áreas de preservação ambiental?"

Justificativa: Esta pergunta complementou a questão anterior. Ela buscou compreender o entendimento do professor sobre a necessidade dessas áreas no contexto da sociedade capitalista e se ele via a importância delas em uma relação de metabolismo entre o ser humano e a natureza.

Pergunta 10: "Quais são os principais problemas ambientais que a humanidade vem enfrentando?"

Justificativa: Nesta questão, pretendeu-se compreender como os participantes entendiam os problemas ambientais, sejam eles locais, regionais ou globais.

Pergunta 11: "A pobreza faz parte dos problemas ambientais da humanidade? Explique."

Justificativa: Esta pergunta buscou compreender o entendimento dos participantes sobre problemas sociais no contexto dos problemas ambientais, considerando a relação de metabolismo entre o ser humano e a natureza.

Pergunta 12: "Discriminação social, racial, de gênero, de orientação sexual, de religião, dentre outros fazem parte das discussões da sociedade em relação ao meio ambiente? Explique."

Justificativa: Esta questão complementou a questão anterior, aprofundando a discussão sobre as dimensões sociais das questões ambientais.

Pergunta 13: "Você acredita estar fazendo a sua parte para reduzir os problemas ambientais tanto a médio quanto a longo prazo?"

Justificativa: Esta pergunta complementou as questões anteriores, avaliando a percepção dos professores sobre sua contribuição pessoal para as problemáticas ambientais e sociais.

Pergunta 14: "O que você entende sobre Educação Ambiental?"

Justificativa: Como complemento às questões anteriores, esta pergunta buscou compreender de forma direta como os participantes entendiam o conceito de Educação Ambiental.

APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

1. Como você se identifica com a região litorânea?	
PLP 1	Então, eu me identifico com a região litorânea, preservação dentro da mata atlântica, da preservação da fauna e da flora. E me identifico também com a parte regional, que é uma das praias mais preservadas aqui do nosso litoral. E também posso falar como moradora de Guaratuba, que é a qualidade de vida. E eu vejo também, por outros moradores, a preservação da natureza.
PLP 2	A minha vinda para o litoral foi uma surpresa do destino. Eu me mudei para cá por conta de um novo relacionamento afetivo. O meu companheiro é daqui do litoral. E eu, cometendo esse trânsito dentro do estado do Paraná, eu consegui trazer o meu padrão para cá. Então, foi bom esse aspecto. E também porque me despertou para um olhar diferente em relação à saúde, aos hábitos. O consumo mudou bastante. Deixei de ser consumista, coisa que acho que é uma prática dentro das grandes cidades. Eu morava em Londrina, uma cidade grande no norte do Paraná. E a observação também que foi relevante na minha vida, por estar no litoral, foi a natureza. Eu sempre trabalhei e respeito a natureza. Tenho admiração pela natureza. Mas aqui, nesse contato mais próximo, que está muito perto do mar, todo dia poder caminhar na praia, ter a Mata Atlântica ao nosso redor, a paisagem, quando você pega a estrada, é maravilhosa. Eu me delicio, me deleito com essas paisagens, as cidades próximas que eu pude explorar. Eu fui para Paranaguá, Morretes, São Chico. Então, comecei a admirar ao vivo, em cores, aquilo que eu já admirava apenas por vídeos e fotos. Então, morar aqui no litoral me despertou esse aspecto. Além, claro, de mudar também o olhar da educação. Porque aqui no litoral, como somos próximos do mar, é necessário pensar no cuidado do meio ambiente e despertar isso nos nossos alunos. Então, isso também foi um marco importante ao morar, ao mudar aqui para o litoral. Eu me identifico muito, sabe? Foi muito fácil a minha adaptação, foi muito fácil eu entender a cultura da região. E a variação linguística é maravilhosa. A gente só vai acrescentando a nossa vida a essas relações. Então, eu me identifico super com a região litorânea. quando eu vou lá para cima, para o norte, eu não vejo a hora de voltar, porque sinto falta. Até o ar que a gente respira lá é diferente.
PLP 3	Me identifico como moradora recente e não como nativa, porém já faço parte das relações sociais e econômicas que acontecem aqui, pois trabalho, gasto minha renda, recebo visitas que vêm turistar e também contribuem para a economia local.
PLP 4	Percebi mudanças na minha saúde inimaginável. Do lugar que eu vim, era muita poluição por causa das indústrias de compensado e do frigorífico, que era um cheiro insuportável. Então, aqui no litoral, não tem essas grandes empresas que poluem e que fazem muito mal à nossa saúde.
PLP 5	A minha identificação com a região litorânea é extremamente significativa por gostar do que essa região oferece no sentido de localização, tanto próximo às cidades que são referências no estado do Paraná e no estado de Santa Catarina, além de usufruir dos benefícios que tem dos produtos que são do mar, da produção aqui que nós temos de frutas, da questão ali do palmito, entre outros. Eu me identifico e acho benéfica para as pessoas que moram aqui na população.
PLP 6	Eu me identifico por ser um local calmo, principalmente pelo trânsito, fácil de se deslocar, e quando preciso de algum especialista ou de algum médico diferente, eu procuro cidades maiores, porque aqui a gente não tem tanto essa demanda, esses especialistas. E alguns fatores que eu acho que tem que ser melhorado é quanto à poluição. Então, eu acho que o ferro ainda contribui muito para a poluição do mar, que é um grande meio ainda de aquisição de dinheiro para os pescadores. E acho que com a construção da ponte vai dar uma melhorada nisso.
2. Como percebe a questão da sustentabilidade no litoral do Paraná?	
PLP 1	Bom, a sustentabilidade são as ações que preservam o meio ambiente. São feitas pelos moradores, pelos professores, para manter a praia, o mangue limpo, através do ensinamento sobre a preservação ambiental.

PLP 2	Eu conheço pouco o litoral do Paraná. Só conheço aqui Guaratuba. Mas eu observo que há deficiências na questão da sustentabilidade. Quando a gente caminha pela praia, vem muita sujeira, lixo que as pessoas deixam e também o restingue. Eu acho que o cuidado com o restingue é, como posso dizer, deixa a desejar. Fora essa questão, eu observo que os cidadãos e as cidadãs deixam esse descuido mesmo com a natureza, que a sustentabilidade refere-se ao meio ambiente, à natureza. Então eu observo que, infelizmente, isso é comum aqui na cidade de Guaratuba.
PLP 3	A sustentabilidade é uma questão multidisciplinar. A língua portuguesa, no contexto escolar, forma leitores críticos e responsáveis que têm o comprometimento de perpetuar ensinamentos relacionados ao meio ambiente e às gerações futuras.
PLP 4	Eu percebo que ainda tem que melhorar. As pessoas precisam cuidar mais, as pessoas precisam ser mais responsáveis, elas precisam saber, na verdade, o que é sustentabilidade, para daí elas poderem cuidar.
PLP 5	Percebo que é de forma insuficiente, já que poderia gerar mais recursos que são descartados pelo grande número de quiosques e do lixo dos litorâneos. Isso poderia ser melhor compreendido e melhor capacitado para as gerações atuais e futuras.
PLP 6	É percebido que ainda tem muito esse cuidar do ambiente. Então, a gente sabe que esse meio ambiente é o sustento de muitas pessoas, dos habitantes. E a gente tem que pensar nesse uso discriminado. Então, pensar nesse uso discriminado é a gente pensar que a gente precisa ter esse uso, desses recursos com responsabilidade, a fim de tentar sanar alguns problemas, como a crise climática, como a perda da biodiversidade mesmo do nosso município, e fazer com que eles tenham uma conscientização sobre esses cuidados com esse meio ambiente. E o que é isso? Então, a gente pensar que o uso, incentivar esse comércio local, incentivar o uso dessa nossa matéria-prima aqui no nosso litoral, fazer com que a gente tenha uma perspectiva maior de alcance de produtos do nosso município, da nossa comunidade. Então, acho que isso é importante ainda para nós nesse cuidado aí com a nossa sustentabilidade.

3. Como entende as relações entre a sociedade e a natureza?

PLP 1	Bom, vamos começar pela sociedade. A sociedade depende do conforto. O que entra dentro desse conforto? A moradia, a comida e o trabalho. Isso é uma necessidade. Agora, olhando para a parte da natureza, que é moldada para suprir as necessidades do homem, como, por exemplo, a fonte de recursos. Enquanto isso, nós entramos na parte do espaço geográfico. Uma cidade pequena, que não comporta tanta gente. E, cada vez chegando mais, o que acontece? Eles vão invadindo os mananciais, a parte do mangue e a própria floresta atlântica. Então, nós temos que ter uma política pública para ver o que está acontecendo. Não podemos deixar isso acontecer.
PLP 2	A sociedade e a natureza são duas coisas que estão praticamente interligadas. Porque uma está associada à ação humana, que acaba transformando o meio natural. A natureza se transforma a partir da medida que o ser humano se estabelece naquele local e modifica essa natureza. Então é necessário que haja uma interação dessa sustentabilidade para que a natureza se conserve e, ao mesmo tempo, atenda a necessidade dessa construção, dessa modificação da natureza que a sociedade e o homem necessitam.
PLP 3	Não existe sociedade sem relação com a natureza e quanto mais consciente for essa relação de cuidado, mais desenvolvida se tornará essa sociedade.
PLP 4	Não tem como desvincular uma da outra, né? Se nós estamos com problema de ansiedade, é a falta de toque dos pés no chão. Veja que isso é uma coisa bem séria, porque as pessoas estão ansiosas, então, eu entendo que está faltando a relação com a natureza.
PLP 5	As relações entre a sociedade e a natureza estão intrinsecamente ligadas aqui na nossa região, pois poucas cidades aqui no Paraná têm o privilégio de morar em um lugar beira-mar. Nós somos esses beneficiários e com certeza nós fazemos bom uso dela no componente curricular da linguagem, da leitura e nos demais produzidos aqui em sala de aula.

PLP 6	Então, a sociedade, o homem e a natureza, eles trabalham de uma forma de se juntar para que tenha o trabalho. Pensando nesse trabalho, a gente pensa que o homem está visando a modificação dessa natureza. Então, pensando nesse espaço geográfico. Então, a gente tem ali os grandes empresários do setor industrial, setor agrícola, que estão só pensando no lucro. Já a agricultura familiar, ela pensa nessa recuperação desse meio ambiente. Então, tem esse compromisso com essa restauração e com essa biodiversidade, a fim de sanar esses problemas. Então, quando a gente pensa nesses grandes empresários, a gente tem percebido que a alta da temperatura, a perda dessa biodiversidade, a erosão e as catástrofes climáticas têm muito a ver com esse não compromisso com a natureza. Já os agricultores familiares, eles têm esse compromisso aí, mesmo não tendo grandes lucros. Então, a gente pensa que esse setor industrial ainda está visando muito o lucro e não o compromisso com a natureza em si.
-------	---

4. O que entende por interdisciplinaridade?

PLP 1	Bem, a interdisciplinaridade nós procuramos entender trabalhando junto com outras disciplinas. E para ampliar a visão do aluno.
PLP 2	Essa é uma questão que a gente está buscando, trabalha na escola há muito tempo. Porque a relação interdisciplinar, eu entendo que é onde as disciplinas ou componentes curriculares convergem, conversam. Então, língua portuguesa e história são componentes curriculares que podem convergir com tantas outras questões. Não só com as ciências humanas, mas com as ciências da natureza, as ciências exatas. Uma questão de boa vontade, penso eu, de cada professor, buscar esse link. Se tem as especificidades de cada disciplina, mas há um momento onde há um link, onde elas podem cruzar conteúdos, informações e ampliar o olhar do aluno sobre a questão do conhecimento. Que não é estanque, separado por caixinhas, mas que essa visão pode enriquecer muito e contribuir para o desenvolvimento não só de conteúdos, obviamente, mas do aluno como ser humano, como cidadão no mundo, no espaço.
PLP 3	A interdisciplinaridade é combinar duas ou mais disciplinas para compreender um assunto sob diversos pontos de vista.
PLP 4	São ações que permeiam, que costuram entre as disciplinas, que são costuradas entre as disciplinas. Então, uma atividade de português pode muito bem se inter-relacionar com um conteúdo de matemática, por exemplo.
PLP 5	A interdisciplinaridade é um dos componentes mais atrativos na disciplina de língua portuguesa, porque hoje em dia nós estudamos português na visão dos gêneros textuais que estão circulando na sociedade. O aluno estuda através de uma reportagem, de uma notícia, de uma carta de reclamação, de solicitação. E o pano de fundo para essas produções e muitos outros conteúdos são de assuntos das ciências e natureza, ou de reciclagem, ou que fale da questão dos cuidados com a dengue e tudo mais. Então, a maneira com que o professor de língua portuguesa mostra os conteúdos dele no dia a dia, ela é o palco cheio da interdisciplinaridade. Assim, na prática, na formação de todos esses componentes para chegar com uma situação viva, real e que circule na sociedade dos dias de hoje.
PLP 6	Entendo que é uma conversa entre os componentes curriculares e as áreas do conhecimento, pois ela possibilita ao estudante de relacionar o tema com vários pontos de vista.

5. O que entende por impacto ambiental?

PLP 1	Bem, a implementação de obras e desenvolvimento econômico não estão aliados à preservação ambiental aqui no nosso litoral. Assim, eu concluo que não está sendo realizado aqui um desenvolvimento sustentável na nossa cidade.
PLP 2	Impacto é aquele movimento que o homem faz que vai gerar um impacto dentro da natureza. Falei lá atrás da restinga. Se o homem não cuidar, se a sociedade que vive não cuidar desse pedaço da praia que precisa ser tratado e cuidado, haverá um impacto ambiental muito grande e prejudicará não apenas a preservação do ambiente, mas todas as questões que diz respeito à economia, à cultura, à sociedade guaratubense de uma forma geral.

PLP 3	Mudanças no meio ambiente provocadas por nós, humanos, podemos alterar o meio ambiente negativo ou positivamente por um período ou pela vida inteira.
PLP 4	É quando uma empresa vai ser instalada e precisa ser mudado muito o ambiente, a natureza, onde ela vai ser construída. Isso é uma grande desgraça para a natureza em si. Porém, se nós virmos pelo outro lado, nós precisamos que as empresas se instalem. O que precisaria ser feito, então? Precisaria que as pessoas tivessem essa consciência de destruir menos para poder instalar uma empresa, por exemplo.
PLP 5	Impacto ambiental é o resultado que nós temos de ações que o homem executa na natureza. Às vezes nós temos notícias terríveis de impactos ambientais que são criados em virtude do desmatamento, do uso desenfreado de agrotóxicos, daquela cultura de colocar fogo nas matas e acabar com a fauna e com a flora da região. Ou seja, todas as ações do homem que possuem impacto no ambiente da natureza que nós estamos inseridos.
PLP 6	O impacto ambiental, para mim, é a degradação da biodiversidade, que quando o desenvolvimento regional não tem um compromisso com a sustentabilidade ambiental, gera as grandes catástrofes e as mudanças climáticas.

6. Você desenvolveu algum tipo de atividade considerando as questões ambientais?

PLP 1	Ah, sim. Nós fomos visitar as partes preservadas, que são o habitado dos Guarás, aqui na Praia de Caieiras. Fomos visitar os mangues, as praias, os pescadores, onde exerce também essa parte da sustentabilidade. E através dos passeios, nós realizamos algumas atividades dentro da sala de aula, onde foi colocada a preservação.
PLP 2	Sobre as atividades que levam em consideração as questões ambientais, esse tópico sempre fez parte das minhas aulas na língua portuguesa. Até mesmo quando essa questão não estava tão em voga como está hoje na sociedade da contemporaneidade. Por quê? Porque quando nós falamos ambiente, estamos falando só do meio ambiente que diz respeito à natureza, à fauna, à flora, mas nós também falamos de tudo que a natureza oferece e nos transforma. Nós precisamos dela para viver. A energia limpa e acessível, o bem-estar social, o trabalho de crescimento econômico. Essa dimensão de olhar para o meio ambiente, não só apenas pela fauna e flora, mas para que entenda que tudo que gera a vida e nos transforma nessa sociedade, ela está ligada ao meio ambiente. As inovações industriais, as comunidades sustentáveis, ao consumo responsável. Isso eu sempre tive comigo na minha formação de professora mesmo. Foi algo que eu aprendi na faculdade, não. Meu olhar para o mundo, eu acredito que é uma coisa minha, da minha personalidade. Não só as questões ambientais, mas as questões de gênero, as questões étnico-raciais, as questões da comunidade que acaba sendo invisível dentro de uma sociedade tão complexa quanto a nossa. E aí, eu trazendo tudo isso para a sala de aula, eu pretendo e quero fazer reflexão com os meus alunos e alunas para que eles percebam que quando falamos de ambiente, meio ambiente, natureza, vai também além. Porque nós transformamos a natureza e nós nos fluímos dessa transformação. E é necessário que a gente faça esse caminho de volta para perceber que a nossa vida aqui, na nossa sociedade urbanizada, moderna, ela está mais do que intrínseca, ligada com a natureza. Aí, como é que eu faço isso? Eu levo para a sala vídeos curtos, charges, histórias em quadrinhos, artigos de opinião, contos, outras narrativas que trazem de certa forma uma reflexão, um conhecimento a mais sobre esse olhar. Principalmente para que as crianças saibam que quando falamos de sustentabilidade, meio ambiente, natureza, cuidados, não é apenas só não cortar uma árvore ou plantar uma árvore, vai muito além disso. Então, ampliar esse conceito e conhecimento é necessário para que as crianças possam fazer esses links, que a nossa economia, que a nossa indústria, que a nossa saúde, que o nosso bem-estar, que a nossa casa, que tudo que diz respeito ao nosso modo de viver, inclusive a economia, tudo está ligado às questões ambientais. E qual é o nosso papel no mundo frente a isso? A partir de uma pequena ação, como reciclar o lixo em nossa casa, não jogar o papel na rua, usar roupas, evitar comprar roupas em excesso, o descarte que a gente faz de algumas coisas na nossa casa tem que ser um descarte adequado, que pode ser

	reaproveitado, desde tecnologia, vestuário, alimento. Então, transformar a educação ambiental, é necessário fazer essa transformação no espaço de formação e educação. Então, trabalho tudo isso a partir do que é proposto dentro da disciplina, ampliando a discussão para que a gente possa estimular esse modo de ver a vida de maneira mais sustentável.
PLP 3	Os temas ligados ao meio ambiente fazem parte do dia-a-dia dos estudantes em várias outras disciplinas. Não é preciso ser professor de geografia, português, biologia para trabalhar o tema. O tema deve estar nas questões de interpretação de textos, na análise de músicas, obras literárias, produção textual, como proposta de redação. São exemplos. É isso que eu faço com frequência.
PLP 4	Eu sempre, sempre falo sobre as questões ambientais nas minhas aulas. Se tem um conteúdo que está mais puxado para a natureza ou para a ambiência ou para o ambiente, eu vou abordar a natureza, eu vou abordar as questões ambientais, os impactos ambientais. Eu sempre dou um jeitinho de fazer com que isso aconteça.
PLP 5	Nós, professores, constantemente repassamos isso aos alunos. Eu digo em primeira pessoa, eu falo bastante essa questão dos cuidados com o lixo, tanto no colégio quanto quando eles estão em casa. Se eles observam esses cuidados que eles devem ter com o lixo quando eles estão na praia e muitos outros detalhes que também devem ser levados em consideração. Se eles têm consciência, respeito das árvores, da importância que é termos. Se eles fazem plantios, essas conversas constantemente eu levo para a sala de aula.
PLP 6	Sim, trabalhei com o gênero textual artigo de opinião e nele foi solicitada uma produção de texto em que os estudantes tiveram que interar, se interar sobre o assunto, como a agricultura familiar e o impacto ambiental gerado pelo consumismo. Então, assim, os alunos entenderam que é preciso uma mudança de atitude para que haja uma preservação no meio ambiente.

7. Você acredita que seria possível a existência da sociedade sem haver impactos ambientais?

PLP 1	Bem, aqui no nosso litoral, como as praias são menores, o espaço físico, eu acho que através dos moradores, da educação, nós poderíamos fazer uma conscientização de melhoria para isso. Eu acho que seria possível. E se envolvesse também a política.
PLP 2	Eu acho que não. A partir da medida que o homem intervém na natureza, sempre haverá um impacto. Mesmo que eu tire uma pedra de lá, de um lugar da direita e coloquei para a esquerda, esse movimento dessa pedra vai impactar naquele espaço geográfico dos animais, dos seres que estão ali, mesmo os seres mais minúsculos, que são as bactérias, os germes. Então, eu penso que qualquer movimento do homem em relação à natureza sempre vai impactar de alguma forma. O que a gente espera é que esse impacto seja mais positivo, cuidadoso e responsável.
PLP 3	Não é impossível a sobrevivência sem alterar o meio ambiente. O que nós, professores, temos como responsabilidade é alertar sobre nossos efeitos negativos sobre o planeta e ajudar na busca de soluções para que os impactos positivos sejam sempre em maior proporção.
PLP 4	Não tem como, porque a população cresce em números, ela precisa ser alimentada também, além do crescimento demográfico. Não tem como. O que nós precisaríamos é trabalhar essa consciência para destruir o menos possível.
PLP 5	Eu acredito que essa questão dos impactos ambientais, à medida que eles surgem na sociedade, o homem como ele é tão consciente, hoje em dia tão inteligente, tão super hiper ligado em tudo, ele já deveria colocar em prática alternativas que visassem a reparar esses impactos. Para que nós possamos viver em boa harmonia com o desenvolvimento, com o meio ambiente para os dias de hoje e para as futuras gerações vindouras.
PLP 6	Sim, com a valorização dos produtos locais, seria possível uma sociedade sem haver grandes impactos ambientais, pois o homem supre suas necessidades com o uso consciente dos recursos naturais.

8. Você conhece áreas de preservação ambiental na nossa região? Quais?	
PLP 1	Sim, eu conheço a Serra do Mar, eu conheço o mangue, conheço também o habitado dos Guarás, que é uma preservação maravilhosa. E conheço algumas ilhas também que são preservadas e que não teve acesso nenhum do ser humano ainda. E para tanto, o homem também. Claro que o ambiente, a reserva florestal, o meio ambiente, depende também do homem. Só que ele tem que ter um limite para invadir esse espaço. Temos que saber separar também esse espaço físico, geográfico na nossa fauna e flora.
PLP 2	Não, não conheço. É que eu moro também há pouco tempo aqui, então eu não tive a oportunidade de explorar esses lugares, essas áreas. Então, infelizmente, eu não conheço.
PLP 3	Conheço apenas através das placas no trajeto entre Guaratuba e Curitiba, que indicam as áreas de preservação.
PLP 4	Se não for a APA, na região que eu saio daqui de Guaratuba e vou para Itapoá, onde eu vejo placas e percebo que as pessoas não estão destruindo, não conheço outras.
PLP 5	Conheço áreas de preservação ambiental ali na região de Cabaraquara. Muito bonito, muito organizado por sinal e acho que isso devia ser mais divulgado para as pessoas daqui da nossa cidade de Guaratuba e das cidades da região.
PLP 6	Sim, eu conheço a APA de Guaratuba, o Parque Saint-Hilaire, o Boguaçu, Guaraguaçu, o Parque Rio da Onça e acho que só.

9. Qual a importância das áreas de preservação ambiental?	
PLP 1	Bem, eu acho que todas as áreas são importantes. Uma depende da outra. A fauna e a flora andam juntos.
PLP 2	Toda, né? Toda a importância. Porque a área de preservação ambiental vai preservar plantas, animais, um ambiente onde essas aves, a natureza vai procriar, ela vai ampliar e vai preservar essas espécies que por ação humana podem correr o risco, inclusive, de ficar extintos. Então, é super importante áreas de preservação ambiental.
PLP 3	As áreas de preservação ainda têm se mostrado uma forma eficaz de conter os impactos causados pelo homem.
PLP 4	Total importância. Nós não somos nada sem a natureza, sem essa preservação do meio ambiente e nós só vamos conseguir continuar com a natureza se preservarmos.
PLP 5	As áreas de preservação são extremamente importantes, porque são elas que vão assegurar a nossa qualidade de vida futura. Quando nós falamos nas árvores, principalmente dentro da cidade, com o tanto de veículos que nós temos ou pelo simples fato de ter uma sombra fresca nos dias de extremo calor, isso é de grande importância, de grande valia para a nossa sociedade atual.
PLP 6	Para proteger áreas intocadas, fontes de recursos naturais, pois a sociedade capitalista tende a explorar regiões com potenciais recursos naturais disponíveis.

10. Quais são os principais problemas ambientais que a humanidade vem enfrentando?	
PLP 1	Bem, isso está muito claro através da mídia, que nós estamos enfrentando catástrofes, uma situação muito difícil em nosso planeta todo. Porque nós não estamos respeitando o limite nosso entre o homem e a natureza.
PLP 2	Bom, aqui a gente tem a questão da água, do impacto do calor, do desmatamento e os problemas ambientais, eles não só interferem na sociedade, vamos dizer assim, entre aspas, civilizada, mas também nas etnias que vivem indígenas e quilombolas, que vivem nos lugares mais distantes da rural, no Amazonas, no Pantanal. Então, esses problemas ambientais também interferem nessa sociedade que está longe, entre aspas, dessa civilização. Então, é importante pensarmos em resolver que os problemas ambientais impactam não só no ambiente da natureza, mas também no ambiente das sociedades humanas.
PLP 3	Problemas relacionados à água e principalmente relacionados ao clima provocados pela degradação ambiental, desmatamento, queimadas, ocupações, lixos e etc.

PLP 4	Problemas ambientais no sentido de falta de verde, de mata, de contato com essa natureza. As pessoas hoje pisam muito no concreto e a gente anda muito e não tem uma praça onde não tenha concreto. Isso é um problema.
PLP 5	Os principais problemas ambientais que a humanidade vem enfrentando é essa questão do ciclo da água, das nascentes, dos descartes de lixo, do tratamento adequado da água, porque nós a consumimos diariamente, e também dessa questão do desmatamento, de forma desenfreada. São vários e vários problemas graves que acometem o nosso dia a dia nessa questão dos problemas ambientais.
PLP 6	A alta na temperatura do mar, perda da biodiversidade, erosão, catástrofes ambientais, mudanças climáticas, entre outros.

11. A pobreza faz parte dos problemas ambientais da humanidade? Explique.

PLP 1	Ah, sim, claro. Nós estamos vendo aí os moradores tentando desmatar a parte da sustentabilidade nossa aqui. Por quê? Porque eles já vão para lá, eles não têm estrutura de moradia, eles não têm estrutura de rede de esgoto. Isso causa poluição no nosso rio, na nossa praia. Então precisa o quê? Uma política pública para que eles possam ter uma moradia decente e que nós possamos também preservar a nossa natureza ambiental.
PLP 2	Com certeza. A pobreza, ela está, geralmente, interfere na questão ambiental por falta de cultura, de conhecimento. Então, as situações sociais que o Brasil vive hoje tem uma ligação, sim, com a pobreza. Acabou de acontecer lá o acidente no Rio Grande do Sul, os bairros mais pobres são os mais vulneráveis por esses acidentes ambientais. Estão sofrendo bastante.
PLP 3	Sim, a pobreza está ligada às questões ambientais, muitas vezes pela falta de acesso aos recursos naturais e ao conhecimento. Quando se é privado de moradia e saneamento, a relação com o meio ambiente é muitas vezes uma batalha pela sobrevivência.
PLP 4	Sim, eu acredito que sim, porque são as pessoas mais pobres, vamos dizer assim, entre aspas, as que sofrem com isso, porque tem menos acesso à qualidade de vida.
PLP 5	A pobreza é um problema social que está diretamente ligado a todos os outros problemas da nossa sociedade. E a gente não pode deixar de lado dessa questão dos impactos deles no meio ambiente, tendo um banheiro adequado, tendo um esgoto. Essa questão tem algumas casas que nem água tem. Dessa consciência que se cria para pessoas que estudaram e que estão inseridas de forma positiva no mercado de trabalho, não é a mesma dessas pessoas que vivem à margem dessas localidades extremamente pobres e carentes que tudo falta. Eles com certeza fazem parte desses problemas ambientais da humanidade.
PLP 6	Sim, eles se apropriam de locais sem compromisso com a preservação, vivem sem saneamento básico, causando grandes prejuízos à sua saúde e à natureza, comprometendo não só o solo como também o lençol freático, pois o acúmulo de resíduos acaba gerando novas doenças como dengue, cólera, difteria e diarreias.

12. Discriminação social, racial, de gênero, de orientação sexual, de religião, dentre outros, fazem parte das discussões da sociedade em relação ao meio ambiente? Explique.

PLP 1	Sim, essas mesmas pessoas que estão lá fazem parte da sociedade e do meio ambiente também. Bom, porque eu acho que eles são discriminados por estarem lá, por ser uma minoria social também, por não ter uma política pública. E eu acho também que se eles estão lá desmatando, entrando com uma parte da sociedade discriminatória, então por que o poder público não deixa ou coloque eles num lugar onde realmente deveriam estar? Porque não há uma política pública para construções de casas para essas minorias de pessoas.
PLP 2	Com certeza. Quando a discriminação social acontece, ela implica as interseccionalidades. Então, gênero está dentro da discriminação social, raça está dentro da discriminação social, orientação sexual, religião. E quando a gente fala na religião, existe aquelas pessoas bem fundamentalistas, dessas novas neopentecostais ou qualquer outra forma de professar a fé muito fundamentalista, isso implica, com certeza, na relação com o meio ambiente. E, automaticamente, sem uma formação, uma educação mínima de respeito à natureza, vai se

	sobrepondo os níveis de discriminação em relação ao convívio social das pessoas. Então, as interseccionalidades se somam. A pessoa que é preta, que é gay e que é pobre, quantas interseccionalidades discriminatórias ela sofre? E ainda mora numa região, numa área urbana vulnerável? Então, olha quantas interseccionalidades e discriminações e preconceitos uma única pessoa sofre.
PLP 3	Sim, a relação às discussões em torno da discriminação e vários grupos sempre existe. O engajamento quanto ao meio ambiente e a sustentabilidade também é colocado em pauta.
PLP 4	Eu acredito que sim, pelo mesmo motivo ali de que elas são... Quando a pessoa está muito focada em exigir que os outros a respeitem, como, por exemplo, os transgêneros, elas perdem o foco e se deixam de lado, no sentido de se cuidar. Elas querem cuidar de serem aceitas pela sociedade, e aí elas perdem o foco e se perdem. Então elas não se cuidam, e quando elas não se cuidam, elas não entendem que elas precisam pisar no chão, elas precisam estar em contato com a natureza.
PLP 5	Eu acredito que sim, porque se nós analisarmos, esses diferentes grupos compõem as diferentes paisagens geográficas, que o compõem. Eu vejo que mesmo estando no ano de 2024, as pessoas ainda têm muito preconceito com essas pessoas que possuem diferenças. E vejo que elas têm um ponto de vista tão errôneo, porque essas pessoas se encontram muito engajadas nas causas sociais, nas lutas. Vejo elas adotando criança, então acredito que elas têm uma postura evoluída e que isso deva ser mais divulgado na sociedade, mostrando que grupos de diferenças também fazem ações positivas com diferenças.
PLP 6	Sim, fazem parte da discussão da sociedade em relação ao meio ambiente, pois existem políticas públicas que auxiliam em relação à sua inclusão na sociedade, possibilitando o acesso à educação, ao lazer, à cultura.

13. Você acredita estar fazendo a sua parte para reduzir os problemas ambientais tanto a médio quanto a longo prazo?

PLP 1	Sim, como educadora e como dona de casa começo a preservar lá na minha casa e depois como educadora também, dentro da sala de aula, através do conhecimento do lixo que não é lixo.
PLP 2	Bom, eu acredito em várias questões. Primeiro que eu uso, tenho o hábito já há muitos anos de fazer reciclagem na minha casa. E depois, com a oportunidade de trabalhar na educação, eu faço sempre essa conscientização com os alunos, trazendo informação, trazendo educação sobre como nós, seres humanos, povos mortais, temos o dever de cuidar do nosso ambiente. E que o meu ambiente não é só lá na Amazônia, não. Meu ambiente é onde eu estou. Na rua que eu moro, na casa que eu moro, na escola que eu estudo. Se eu ficar todo dia jogando papelzinho no lixo, nesse caminho, que cuidado eu terei do meu ambiente? Então, são exemplos bobos, simples, mas que ilustram essa atenção sobre como nós podemos, de forma simples, melhorar e cuidar do nosso ambiente.
PLP 3	Sim, cada um que faz a sua parte deve acreditar que está colaborando porque se não acreditarmos não teremos a um longo prazo.
PLP 4	Aqui a gente tem uma indagação bem profunda. Eu penso que eu faço a minha parte, pouco, mas faço. Faço para mim, em primeiro lugar, porque eu faço uso da natureza, ensino as pessoas que eu trato a valorizarem a natureza e a entrarem em contato com a natureza, mas eu acredito que eu ainda tenho que melhorar nesse sentido de fazer a minha parte. O que eu faço hoje é separar o lixo, só que isso é pouco. O que eu faço isso é limpar onde eu passo pelas praças, ando com uma sacolinha e vou limpando as praças onde eu vejo sujeira. Se eu estou caminhando na praia e eu vejo lixo, eu vou juntando lixo mesmo fazendo a minha caminhada. São pequenas ações que têm a sua importância, mas eu acredito que ainda é pouco.
PLP 5	Olha, eu acredito, como professora de língua portuguesa, a outra função que eu tenho de ser professora de inglês e estar contribuindo é no sentido de que eu tenho consciência. E essa consciência é arraigada no sentido de que eu pego lixo no meu carro, eu coloco no sentido de que é para pôr, eu faço a reserva coletiva, a seleção e tal. Então eu acho que eu contribuo e esse meu exemplo com certeza

	irá influenciar os meus alunos em sala de aula, com a limpeza, com o descarte, com a seleção correta dos materiais no dia a dia.
PLP 6	Sim, acredito estar contribuindo, pois costumo separar o lixo reciclado e faço um uso consciente dos recursos naturais, como a água, a luz, não utilizo automóveis com combustível fóssil sem necessidade e faço orientações aos alunos sobre o consumo consciente e também sobre os recursos naturais que devem ser preservados.

14. O que você entende sobre a educação ambiental?	
PLP 1	Então é ensinar o próximo a preservar o que ele vai usar futuramente. Ensinando tudo, preservando a fauna e a flora.
PLP 2	Educação ambiental acontece desde pequeno em casa. Não é só na escola, porque quando a gente fala em educação, as pessoas só pensam num espaço institucional como escola. Não. A educação ambiental é como nós, seres humanos, vivemos e nos relacionamos com a natureza. Então, desde pequeno, quando eu ensino o meu filho que jogar papel no lixo não é o correto. Eu tenho que fazer a reciclagem dos materiais orgânicos e dos materiais que eu não reaproveito, mas que contaminam o rio, que contaminam a água. Então, é necessário que a gente faça essa formação educacional desde sempre, desde criança. Não é só a escola. Claro que a escola contribui com textos direcionados que ampliam o olhar do estudante sobre o ambiente, que isso é muito importante também, mas ela é fundamental desde as pequenas instituições sociais, que é a família.
PLP 3	É reconhecer o valor do meio ambiente para nós e compartilhar esses valores. Nem sempre as pessoas entendem dessa forma por acreditarem que educação ambiental é responsabilidade da escola, mas não. Cabe a cada um de nós ensinarmos os mais jovens e aqueles que não tenham conhecimento sobre a importância do nosso planeta.
PLP 4	Começar ensinando as bases, desde lá de criancinha, dentro de casa, aí depois nas séries iniciais e assim sucessivamente. Ensinar as pessoas a terem a consciência em cuidar do ambiente em que estão inseridos. Com pequenas ações, práticas, mas consecutivas. Desde a separação do lixo, plantar uma árvore, cuidar das praças, economizar água. Pequenas ações, mas desde a infância e consecutivas.
PLP 5	Está muito direta com a minha compreensão sobre meio ambiente, com os meus papéis, o que eu tenho que fazer para contribuir com o meio ambiente para que o mundo se torne um lugar habitável para mim e também que continue com as minhas ações e com a minha educação e com a minha conduta que o mundo continue a se tornar um lugar habitável para as próximas gerações vindouras.
PLP 6	A educação ambiental, para mim, é o ensino que desenvolve conhecimentos e atitudes para a preservação do meio ambiente, buscando diminuir os impactos nos ecossistemas e, assim, promover a sustentabilidade ambiental.